



**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS PLANOS PREVIDENCIÁRIOS
DA FUNDAÇÃO CELESC DE
SEGURIDADE SOCIAL – CELOS
EXERCÍCIO DE 2017**

ÍNDICE

Balanço Patrimonial – Consolidado.....	03
Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – Consolidada.....	05
Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – Consolidada.....	06
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – Plano Transitório.....	07
Demonstração do Ativo Líquido – Plano Transitório.....	08
Demonstração das Provisões Técnicas – Plano Transitório.....	09
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – Plano Misto.....	10
Demonstração do Ativo Líquido – Plano Misto.....	11
Demonstração das Provisões Técnicas – Plano Misto.....	12
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – Plano de Pecúlio.....	13
Demonstração do Ativo Líquido – Plano de Pecúlio.....	14
Demonstração das Provisões Técnicas – Plano de Pecúlio.....	15
Notas Explicativas.....	16

FUNDAÇÃO CELESC DE SEGURIDADE SOCIAL - CELOS
Florianópolis/SC

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(R\$ mil)

ATIVO	Nota	2017	2016	Variação (%)
DISPONÍVEL		319	1.593	-79,98%
REALIZÁVEL	4	2.982.080	3.014.664	-1,08%
Gestão Previdencial	4.1	484.643	524.816	-7,65%
Gestão Administrativa	4.2	6.565	4.399	49,23%
Investimentos	5	2.490.872	2.485.449	0,22%
Títulos Públicos		1.420.037	1.308.415	8,53%
Créditos Privados e Depósitos		74.127	26.359	181,23%
Ações		46.469	33.098	40,40%
Fundos de Investimentos		751.605	915.326	-17,89%
Investimentos Imobiliários		95.535	100.100	-4,56%
Empréstimos		103.099	102.150	0,93%
PERMANENTE	6	8.637	10.958	-21,18%
Imobilizado		8.411	10.592	-20,59%
Intangível		226	366	-38,25%
GESTÃO ASSISTENCIAL	7	92.844	83.140	11,67%
TOTAL DO ATIVO		3.083.880	3.110.355	-0,85%

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Ademir Zanella
Presidente
CPF nº 294.638.669-49

Henri Machado Claudino
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF nº 647.423.009-63

João Paulo de Souza
Diretor de Seguridade
CPF nº 048.427.239-04

Sabrina Ventura
Contadora CRC/SC n.º 039938/O
CPF nº 070.535.319-29

FUNDAÇÃO CELESC DE SEGURIDADE SOCIAL - CELOS
Florianópolis/SC

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(R\$ mil)

PASSIVO	Nota	2017	2016	Varição (%)
EXIGÍVEL OPERACIONAL	8	14.714	15.473	-4,91%
Gestão Previdencial	8.1	9.233	9.471	-2,52%
Gestão Administrativa	8.2	1.718	2.232	-23,04%
Investimento	8.3	3.763	3.770	-0,17%
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	9	41.140	41.286	-0,35%
Gestão Previdencial	9.1	36.288	38.928	-6,78%
Gestão Administrativa	9.2	4.852	2.358	105,80%
PATRIMÔNIO SOCIAL		2.935.183	2.970.457	-1,19%
Patrimônio de Cobertura do Plano	10	2.884.037	2.919.381	-1,21%
Provisões Matemáticas	10.1	3.115.548	3.394.971	-8,23%
Benefícios Concedidos		2.699.424	2.593.578	4,08%
Benefícios a Conceder		1.144.552	1.177.362	-2,79%
(-) Provisões Matemáticas a Constituir		(728.428)	(375.969)	93,75%
Equilíbrio Técnico	10.2	(231.510)	(475.590)	-51,32%
Resultados Realizados		(231.510)	(475.590)	-51,32%
Déficit Técnico Acumulado		(231.510)	(475.590)	-51,32%
Fundos	11	51.145	51.076	0,14%
Fundos Previdenciais	11.1	8.605	9.931	-13,36%
Fundos Administrativos	11.2	29.760	29.268	1,68%
Fundos dos Investimentos	11.3	12.780	11.876	7,61%
GESTÃO ASSISTENCIAL		92.844	83.140	11,67%
TOTAL DO PASSIVO		3.083.880	3.110.355	-0,85%

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Ademir Zanella
Presidente
CPF nº 294.638.669-49

Henri Machado Claudino
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF nº 647.423.009-63

João Paulo de Souza
Diretor de Seguridade
CPF nº 048.427.239-04

Sabrina Ventura
Contadora CRC/SC n.º 039938/O
CPF nº 070.535.319-29

FUNDAÇÃO CELESC DE SEGURIDADE SOCIAL - CELOS
Florianópolis/SC

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL - CONSOLIDADA
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(R\$ mil)

DESCRIÇÃO		2017	2016	Variação (%)
	A) Patrimônio Social - início do exercício	2.970.457	3.077.991	-3,49%
	1. Adições	273.288	221.660	23,29%
(+)	Contribuições Previdenciais	185.585	197.168	-5,87%
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	65.950	-	-
(+)	Receitas Administrativas	18.933	20.785	-8,91%
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	1.915	3.023	-36,64%
(+)	Constituição de Fundos de Investimentos	904	684	32,22%
	2. Destinações	(308.562)	(329.193)	-6,27%
(-)	Benefícios	(286.044)	(246.815)	15,89%
(-)	Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	-	(55.111)	-
(-)	Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(2.160)	(9.626)	-77,56%
(-)	Despesas Administrativas	(20.358)	(17.633)	15,46%
(-)	Constituição Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	-	(8)	-
	3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	(35.274)	(107.534)	-67,20%
(+/-)	Provisões Matemáticas	(279.423)	115.231	-342,49%
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	244.080	(231.071)	-205,63%
(+/-)	Fundos Previdenciais	(1.326)	1.455	-191,14%
(+/-)	Fundos Administrativos	491	6.167	-92,04%
(+/-)	Fundos dos Investimentos	904	684	32,22%
	B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	2.935.183	2.970.457	-1,19%
	5. Gestão Assistencial	-	-	-
(+)	Receitas Assistenciais	3.346	3.365	-0,58%
(-)	Despesas Assistenciais	(3.346)	(3.365)	-0,58%

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Ademir Zanella
Presidente
CPF nº 294.638.669-49

Henri Machado Claudino
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF nº 647.423.009-63

João Paulo de Souza
Diretor de Seguridade
CPF nº 048.427.239-04

Sabrina Ventura
Contadora CRC/SC nº 039938/O
CPF nº 070.535.319-29

FUNDAÇÃO CELESC DE SEGURIDADE SOCIAL - CELOS
Florianópolis/SC

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - CONSOLIDADA
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(R\$ mil)

Descrição	2017	2016	Varição (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	29.269	23.101	26,70%
1. Custeio da Gestão Administrativa	20.849	23.809	-12,43%
1.1. Receitas	20.849	23.809	-12,43%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	10	8	20,66%
Custeio Administrativo dos Investimentos	14.684	14.423	1,81%
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	679	597	13,84%
Receitas Diretas	172	2.383	-92,78%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	1.915	3.023	-36,64%
Reembolso da Gestão Assistencial	3.346	3.365	-0,58%
Outras Receitas	43	10	331,03%
2. Despesas Administrativas	20.358	17.632	15,46%
2.1. Administração Previdencial	14.522	11.729	23,81%
Pessoal e encargos	7.381	7.286	1,30%
Treinamentos/congressos e seminários	216	236	-8,69%
Viagens e estadias	152	122	24,35%
Serviços de terceiros	1.447	1.093	32,38%
Despesas gerais	1.814	1.400	29,61%
Depreciações e amortizações	2.537	438	479,38%
Tributos	813	995	-18,27%
Outras Despesas	162	159	2,07%
2.2. Administração dos Investimentos	2.490	2.537	-1,87%
Pessoal e encargos	1.066	1.094	-2,56%
Treinamentos/congressos e seminários	18	4	397,31%
Viagens e estadias	30	103	-70,74%
Serviços de terceiros	941	779	20,85%
Despesas gerais	434	554	-21,77%
Depreciações e amortizações	-	2	-
Outras Despesas	1	1	-51,31%
2.3. Administração Assistencial	3.346	3.365	-0,58%
Despesas administrativas	3.346	3.365	-0,58%
2.4. Outras Despesas	1	-	-
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	-	8	-
6. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	491	6.167	-92,04%
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	491	6.167	-92,04%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7)	29.760	29.269	1,68%

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Ademir Zanella
Presidente
CPF nº 294.638.669-49

Henri Machado Claudino
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF nº 647.423.009-63

João Paulo de Souza
Diretor de Seguridade
CPF nº 048.427.239-04

Sabrina Ventura
Contadora CRC/SC n.º 039938/O
CPF nº 070.535.319-29

FUNDAÇÃO CELESC DE SEGURIDADE SOCIAL - CELOS
Florianópolis/SC

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO TRANSITÓRIO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(R\$ mil)

DESCRIÇÃO		2017	2016	Variação (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	522.001	545.092	-4,24%
	1. Adições	78.167	64.960	20,33%
(+)	Contribuições	60.862	62.158	-2,09%
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	15.207	2.802	442,73%
(+)	Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	2.098	-	-
	2. Destinações	(85.249)	(88.051)	-3,18%
(-)	Benefícios	(85.248)	(82.217)	3,69%
(-)	Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	(5.834)	-
(-)	Custeio Administrativo	(1)	-	-
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	(7.082)	(23.091)	-69,33%
(+/-)	Provisões Matemáticas	6.080	(11.593)	-152,45%
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(13.162)	(11.498)	14,47%
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	514.919	522.001	-1,36%
	C) Fundos não previdenciais	7.410	6.827	8,54%
(+/-)	Fundos Administrativos	5.411	5.252	3,03%
(+/-)	Fundos dos Investimentos	1.999	1.575	26,92%

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Ademir Zanella
Presidente
CPF nº 294.638.669-49

Henri Machado Claudino
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF nº 647.423.009-63

João Paulo de Souza
Diretor de Seguridade
CPF nº 048.427.239-04

Sabrina Ventura
Contadora CRC/SC nº 039938/O
CPF nº 070.535.319-29

FUNDAÇÃO CELESC DE SEGURIDADE SOCIAL - CELOS
Florianópolis/SC

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO TRANSITÓRIO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(R\$ mil)

Descrição	2017	2016	Variação (%)
1. Ativo	539.529	553.567	-2,54%
Disponível	27	44	-38,14%
Recebível	247.222	269.936	-8,41%
Investimentos	292.280	283.587	3,07%
Títulos Públicos	172.852	161.452	7,06%
Créditos Privados e Depósitos	33	-	-
Ações	6.638	4.728	40,38%
Fundos de Investimentos	97.151	101.745	-4,52%
Empréstimos	15.606	15.662	-0,36%
2. Obrigações	17.200	24.738	-30,47%
Operacional	758	865	-12,40%
Contingencial	16.442	23.873	-31,13%
3. Fundos não Previdenciais	7.410	6.827	8,54%
Fundos Administrativos	5.411	5.252	3,03%
Fundos dos Investimentos	1.999	1.575	26,92%
5. Ativo Líquido (1-2-3)	514.919	522.001	-1,36%
Provisões Matemáticas	558.977	552.896	1,10%
Superávit/Déficit Técnico	(44.058)	(30.895)	42,60%
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	(44.058)	(30.895)	42,60%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	10.005	9.496	5,36%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	(34.053)	(21.400)	59,12%

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Ademir Zanella
Presidente
CPF nº 294.638.669-49

Henri Machado Claudino
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF nº 647.423.009-63

João Paulo de Souza
Diretor de Seguridade
CPF nº 048.427.239-04

Sabrina Ventura
Contadora CRC/SC n.º 039938/O
CPF nº 070.535.319-29

FUNDAÇÃO CELESC DE SEGURIDADE SOCIAL - CELOS
Florianópolis/SC

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS - PLANO TRANSITÓRIO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(R\$ mil)

Descrição	2017	2016	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	534.117	548.314	-2,59%
1. Provisões Matemáticas	558.976	552.896	1,10%
1.1. Benefícios Concedidos	803.860	810.980	-0,88%
Benefício Definido	803.860	810.980	-0,88%
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	(244.884)	(258.084)	-5,11%
(-) Déficit equacionado	(244.884)	(258.084)	-5,11%
(-) Patrocinador(es)	(122.442)	(129.042)	-5,11%
(-) Assistidos	(122.442)	(129.042)	-5,12%
2. Equilíbrio Técnico	(44.058)	(30.895)	42,60%
2.1. Resultados Realizados	(44.058)	(30.895)	42,60%
(-) Déficit técnico acumulado	(44.058)	(30.895)	42,60%
3. Fundos	1.999	1.575	26,92%
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.999	1.575	26,92%
4. Exigível Operacional	758	865	-12,40%
4.1. Gestão Previdencial	749	852	-12,15%
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	9	13	-29,32%
5. Exigível Contingencial	16.442	23.873	-31,13%
5.1 Gestão Previdencial	16.442	23.873	-31,13%

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Ademir Zanella
Presidente
CPF nº 294.638.669-49

Henri Machado Claudino
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF nº 647.423.009-63

João Paulo de Souza
Diretor de Seguridade
CPF nº 048.427.239-04

Sabrina Ventura
Contadora CRC/SC nº 039938/O
CPF nº 070.535.319-29

FUNDAÇÃO CELESC DE SEGURIDADE SOCIAL - CELOS
Florianópolis/SC

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO MISTO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(R\$ mil)

DESCRIÇÃO		2017	2016	Variação (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	2.399.007	2.490.581	-3,68%
	1. Adições	174.820	135.018	29,48%
(+)	Contribuições	124.733	135.018	-7,62%
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	50.087	-	-
	2. Destinações	(204.709)	(226.591)	-9,66%
(-)	Benefícios	(200.442)	(164.207)	22,07%
(-)	Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	-	(58.584)	-
(-)	Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(4.258)	(3.792)	12,29%
(-)	Custeio Administrativo	(9)	(8)	7,43%
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	(29.889)	(91.572)	-67,36%
(+/-)	Provisões Matemáticas	(285.503)	126.824	-325,12%
(+/-)	Fundos Previdenciais	(1.628)	1.176	-238,44%
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	257.242	(219.572)	-217,16%
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	2.369.118	2.399.007	-1,25%
	C) Fundos não previdenciais	(35.113)	(34.301)	2,37%
(+/-)	Fundos Administrativos	(24.332)	(24.001)	1,38%
(+/-)	Fundos dos Investimentos	(10.781)	(10.300)	4,66%

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Ademir Zanella
Presidente
CPF nº 294.638.669-49

Henri Machado Claudino
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF nº 647.423.009-63

João Paulo de Souza
Diretor de Seguridade
CPF nº 048.427.239-04

Sabrina Ventura
Contadora CRC/SC n.º 039938/O
CPF nº 070.535.319-29

FUNDAÇÃO CELESC DE SEGURIDADE SOCIAL - CELOS
Florianópolis/SC

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO MISTO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(R\$ mil)

Descrição	2017	2016	Variação (%)
1. Ativo	2.436.306	2.460.731	-0,99%
Disponível	179	479	-62,66%
Recebível	267.164	284.134	-5,97%
Investimentos	2.168.963	2.176.118	-0,33%
Títulos Públicos	1.229.874	1.130.402	8,80%
Créditos Privados e Depósitos	74.094	26.359	181,10%
Ações	39.710	28.284	40,39%
Fundos de Investimentos	642.256	804.484	-20,17%
Investimentos Imobiliários	95.535	100.100	-4,56%
Empréstimos	87.494	86.489	1,16%
2. Obrigações	32.074	27.422	16,96%
Operacional	12.229	12.367	-1,11%
Contingencial	19.845	15.055	31,82%
3. Fundos não Previdenciais	35.113	34.301	2,37%
Fundos Administrativos	24.332	24.001	1,38%
Fundos dos Investimentos	10.781	10.300	4,66%
5. Ativo Líquido (1-2-3)	2.369.118	2.399.007	-1,25%
Provisões Matemáticas	2.556.571	2.842.075	-10,05%
Superávit/Déficit Técnico	(187.453)	(444.695)	-57,85%
Fundos Previdenciais	-	1.628	-
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	(187.453)	(444.695)	-57,85%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	106.784	103.757	2,92%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	(80.669)	(340.938)	-76,34%

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Ademir Zanella
Presidente
CPF nº 294.638.669-49

Henri Machado Claudino
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF nº 647.423.009-63

João Paulo de Souza
Diretor de Seguridade
CPF nº 048.427.239-04

Sabrina Ventura
Contadora CRC/SC nº 039938/O
CPF nº 070.535.319-29

FUNDAÇÃO CELESC DE SEGURIDADE SOCIAL - CELOS
Florianópolis/SC

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS - PLANO MISTO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(R\$ mil)

Descrição	2017	2016	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	2.411.973	2.436.730	-1,02%
1. Provisões Matemáticas	2.556.572	2.842.075	-10,05%
1.1. Benefícios Concedidos	1.895.564	1.782.598	6,34%
Benefício Definido	1.895.564	1.782.598	6,34%
1.2. Benefício a Conceder	1.144.552	1.177.362	-2,79%
Contribuição Definida	949.111	949.664	-0,06%
Saldo de contas - parcela patrocinador(es) /instituidor(es)	382.424	375.534	1,83%
Saldo de contas - parcela participantes	566.687	574.130	-1,30%
Benefício Definido	195.441	227.698	-14,17%
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	(483.544)	(117.885)	310,18%
(-) Déficit equacionado	(483.544)	(117.885)	310,18%
(-) Patrocinador(es)	(241.772)	(58.942)	310,18%
(-) Participantes	(19.267)	(6.842)	181,62%
(-) Assistedos	(222.505)	(52.101)	327,07%
2. Equilíbrio Técnico	(187.453)	(444.695)	-57,85%
2.1. Resultados Realizados	(187.453)	(444.695)	-57,85%
(-) Déficit técnico acumulado	(187.453)	(444.695)	-57,85%
3. Fundos	10.781	11.928	-9,62%
3.1. Fundos Previdenciais	-	1.628	-
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	10.781	10.300	4,66%
4. Exigível Operacional	12.229	12.367	-1,11%
4.1. Gestão Previdencial	8.480	8.615	-1,56%
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	3.749	3.752	-0,08%
5. Exigível Contingencial	19.845	15.055	31,82%
5.1 Gestão Previdencial	19.845	15.055	31,82%

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Ademir Zanella
Presidente
CPF nº 294.638.669-49

Henri Machado Claudino
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF nº 647.423.009-63

João Paulo de Souza
Diretor de Seguridade
CPF nº 048.427.239-04

Sabrina Ventura
Contadora CRC/SC nº 039938/O
CPF nº 070.535.319-29

FUNDAÇÃO CELESC DE SEGURIDADE SOCIAL - CELOS
Florianópolis/SC

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO PECÚLIO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(R\$ mil)

DESCRIÇÃO		2017	2016	Variação (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	8.304	8.025	3,48%
(+) 1. Adições	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	656	671	-2,17%
		656	671	-2,17%
(-) 2. Destinações	Benefícios	(354)	(391)	-9,55%
		(354)	(391)	-9,55%
(+/-) 3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	Fundos Previdenciais	302	279	8,18%
		302	279	8,15%
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	8.606	8.304	3,64%
(+/-) C) Fundos não previdenciais	Fundos Administrativos	17	16	-
		17	16	3,58%

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Ademir Zanella
Presidente
CPF nº 294.638.669-49

Henri Machado Claudino
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF nº 647.423.009-63

João Paulo de Souza
Diretor de Seguridade
CPF nº 048.427.239-04

Sabrina Ventura
Contadora CRC/SC n.º 039938/O
CPF nº 070.535.319-29

FUNDAÇÃO CELESC DE SEGURIDADE SOCIAL - CELOS
Florianópolis/SC

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO PECÚLIO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(R\$ mil)

Descrição	2017	2016	Variação (%)
1. Ativo	8.629	8.326	3,63%
Disponível	6	30	-80,06%
Recebível	17	16	3,65%
Investimentos	8.606	8.280	3,94%
Títulos Públicos	6.975	6.661	4,71%
Ações	120	85	40,40%
Fundos de Investimentos	1.511	1.534	-1,51%
2. Obrigações	6	6	3,34%
Operacional	6	6	3,34%
3. Fundos não Previdenciais	17	16	3,58%
Fundos Administrativos	17	16	3,58%
5. Ativo Líquido (1-2-3)	8.606	8.304	3,64%
Fundos Previdenciais	8.606	8.304	3,64%

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Ademir Zanella
Presidente
CPF nº 294.638.669-49

Henri Machado Claudino
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF nº 647.423.009-63

João Paulo de Souza
Diretor de Seguridade
CPF nº 048.427.239-04

Sabrina Ventura
Contadora CRC/SC nº 039938/O
CPF nº 070.535.319-29

FUNDAÇÃO CELESC DE SEGURIDADE SOCIAL - CELOS
Florianópolis/SC

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS - PLANO PECÚLIO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(R\$ mil)

Descrição	2017	2016	Variação (%)
Provisões Técnicas (3+4)	8.612	8.310	3,63%
3. Fundos	8.606	8.304	3,64%
3.1. Fundos Previdenciais	8.606	8.304	3,64%
4. Exigível Operacional	6	6	3,34%
4.1. Gestão Previdencial	4	4	3,41%
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	2	2	3,22%

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Ademir Zanella
Presidente
CPF nº 294.638.669-49

Henri Machado Claudino
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF nº 647.423.009-63

João Paulo de Souza
Diretor de Seguridade
CPF nº 048.427.239-04

Sabrina Ventura
Contadora CRC/SC nº 039938/O
CPF nº 070.535.319-29

FUNDAÇÃO CELESC DE SEGURIDADE SOCIAL – CELOS
Florianópolis/SC
CNPJ n.º 82.956.996/0001-78

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação Celesc de Seguridade Social – CELOS, inscrita no CNPJ n.º 82.956.996/0001-78, com sede na Avenida Hercílio Luz, n.º 639 - 6º e 7º andar - Ed. Alpha Centauri, foi instituída pela Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, nas Assembleias Gerais Extraordinárias – AGE de acionistas, realizadas em 09 de dezembro de 1969 e 19 de setembro de 1973. É uma entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, regida pela legislação das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, pelo seu Estatuto, pelos Regulamentos dos Planos de Benefícios, normas, instruções, planos de ação e demais atos aprovados por seu Conselho Deliberativo, tendo por finalidade:

- Instituir, administrar e executar planos de natureza previdenciária aos empregados das patrocinadoras que assinaram ou que venham a assinar o Convênio de Adesão, conforme consta no Estatuto e nos Regulamentos dos Planos de Benefícios, na forma da lei.
- Administrar e executar planos de assistência à saúde, referido no artigo 76 da Lei Complementar n.º 109, de 29 de maio de 2001, destinado aos Participantes Ativos e Assistidos – e seus respectivos beneficiários, observadas as leis e regulamentos aplicáveis à Saúde Suplementar.
- Estabelecer acordo, contrato ou convênio com entidade de direito público ou privado, objetivando a consecução de seus objetivos.
- Manter o Plano de Pecúlio instituído em 1997, mediante contribuição específica, definida em nota técnica atuarial anual, respeitada a legislação pertinente.

A CELOS, conforme definido nos respectivos Regulamentos dos Planos de Benefícios e Resolução CGPC/MPS nº 16 de 22 de novembro de 2005, administra os seguintes Planos Previdenciários:

- Plano Transitório – CNPB 19.960.052-19 – Tipo do Plano: Benefício Definido.
Plano fechado para novas adesões desde 01/1997, sendo que não há mais participantes na condição de Ativo, ou seja, todos estão em gozo de benefício.
- Plano Misto – CNPB 19.960.051-38 – Tipo do Plano: Contribuição Variável.
Plano de Contribuição Definida durante a capitalização e Benefício Definido no gozo dos benefícios. Instituído em 01/01/1997, sendo que o processo de migração do Plano Transitório para o Plano Misto ocorreu de maio a agosto de 1999 e fevereiro de 2000, com 98% de migração dos Participantes Ativos.
- Plano de Pecúlio – CNPB 19.970.023-29 – Tipo do Plano: Benefício de Risco.
Plano aprovado pela SPC/MPAS, por meio do ofício nº 546 SPC/CGOF/COJ, de 19/08/1997, sendo que atualizações dos valores de cobertura ocorrem em outubro de cada ano pelo indexador atuarial do Plano. Sua cobertura se dá por morte natural, morte acidental (três vezes o valor da morte natural) ou invalidez do Participante, reconhecida por um dos regimes de previdência oficial, em decorrência de acidente do trabalho ou doença do trabalho, cujo fato gerador seja posterior à sua adesão (pagamento de 75% da morte natural).

Destacamos que a CELOS possuía em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a seguinte quantidade de Participantes:

Tabela 1 - Quantidade de Participantes

	2017			2016		
	Plano Transitório	Plano Misto	Plano Pecúlio	Plano Transitório	Plano Misto	Plano Pecúlio
Ativos	-	3.202	3.188	-	3.279	3.267
Assistidos	1.140	2.673	286	1.200	2.509	287
Pensionista	980	325	-	969	294	-
Autopatrocinados	-	170	159	-	283	273
BPD (a)	-	4	-	-	4	-
Total	2.120	6.374	3.633	2.169	6.369	3.827

(a) BPD - Benefício Proporcional Diferido

Fonte: Cadastro Unificado CELOS

A idade média dos Participantes dos Planos Previdenciários da CELOS por condição de sócio é:

Tabela 2 - Idade Média dos Participantes

	2017			2016		
Participantes	Plano Transitório	Plano Misto	Plano Pecúlio	Plano Transitório	Plano Misto	Plano Pecúlio
Ativos	-	46	46	-	45	45
Assistidos	75	63	63	74	63	62
Pensionista	77	62	-	77	62	-
Autopatrocinados	-	53	53	-	53	54
BPD (a)	-	49	-	-	48	-

(a) BPD - Benefício Proporcional Diferido

Fonte: Cadastro Unificado CELOS

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis da CELOS estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis brasileiras e em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, especificamente a Resolução CNPC n.º 08, de 31 de outubro de 2011 e suas alterações posteriores, e Instrução SPC n.º 34, de 24 de setembro de 2009 e suas alterações posteriores.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos circulantes e não circulantes, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura de planificação contábil padrão das EFPC's reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas a gestão previdencial, assistencial e administrativa, e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da Norma Brasileira de Contabilidade – NBC T 19.27.

As demonstrações são apresentadas de maneira consolidada e também por cada um dos Planos de Benefícios, quando aplicável.

A autorização para a conclusão destas demonstrações contábeis foi dada pela Diretoria da CELOS em 06 de março de 2018, submetendo-se nesta data à aprovação do Conselho Deliberativo e apreciação do Conselho Fiscal.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas para registrar certos ativos, passivos e outras transações. As estimativas contábeis foram baseadas no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas Demonstrações Contábeis, cuja metodologia adotada envolve normalmente fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a vida útil do ativo imobilizado, a avaliação da carteira de investimento, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, a provisão para demandas judiciais, ativos e passivos relacionados a participantes, assistidos e empregados e os cálculos atuariais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá eventualmente resultar em valores diferentes daqueles provisionados. Visando um acompanhamento permanente destas estimativas, a Entidade revisa, conforme o caso, as metodologias e premissas inerentes, pelo menos anualmente.

O resultado de cada Plano de Benefício, do Administrativo e do Consolidado é apurado mensalmente de acordo com o princípio contábil da competência e demais princípios aplicáveis, verificados em todos os registros contábeis, além das disposições da Resolução MPAS/CNPC nº 8, de 16 de dezembro de 2011 e Resolução MPS/CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014, Seção I — Dos Ajustes de Precificação, art. 28-A e Instrução PREVIC nº 19, de 04 de fevereiro de 2015. O valor do ajuste de precificação, positivo ou negativo, será acrescido ou deduzido ao resultado, respectivamente, para fins de apuração de *déficit* ou *superávit*, visando eventual equacionamento.

O valor do ajuste de precificação mencionado corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais, atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculados considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos, com base na sua taxa de juros, levados até o vencimento.

De acordo com o artigo 20, da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, o *Superávit* Técnico apurado é destinado à formação de Reserva de Contingência até o limite de 25% das Provisões Matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula $[(10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})) \times \text{Provisão Matemática}]$, o que for menor, conforme determinado pela Resolução MPS/CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008. Ultrapassado esse limite, a parcela excedente deverá ser destinada e contabilizada em "Reserva Especial para Revisão de Plano", podendo ser utilizada nos termos dos parágrafos do artigo supracitado e da Resolução MPS/CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008. O *superávit* ou *déficit* técnico são demonstrados pela sua totalidade, sem distinção dos valores apurados no exercício.

Também em atenção ao parágrafo único - artigo 7º da Resolução MPS/CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, o limite citado anteriormente é calculado sobre a totalidade das provisões matemáticas que representam a parte dos benefícios estruturados como Benefício Definido, conforme classificação estabelecida pela Resolução CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005.

E com base no art. 28 da Resolução nº 26, de setembro de 2008, alterado pela Resolução MPS/CNPC nº 22, de 25 de novembro de 2015, deverá ser elaborado até o final do exercício subsequente, um plano de equacionamento do *superávit* ou *déficit* técnico acumulado que ultrapassar o limite calculado pela seguinte fórmula $[1\% \times (\text{duração do passivo} - 4) \times \text{Provisão Matemática}]$, devendo este, dentro deste prazo, ser aprovado pelo Conselho Deliberativo.

As principais práticas contábeis adotadas pela Entidade são:

a) Apuração de Resultado - Registro das Adições, Destinações, Receitas, Despesas, Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas

As Adições e Destinações da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimento, como as variações patrimoniais da Gestão Assistencial, são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios.

As Rendas/Variações Positivas provenientes de bonificações, dividendos ou juros sobre o capital próprio recebido em dinheiro, decorrentes de investimentos em ações, são reconhecidas após a publicação da decisão da Assembleia Geral dos Acionistas das empresas investidas.

b) Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa – PCLD

A provisão para perdas prováveis na realização dos ativos é constituída com base no valor vencido e vincendo, conforme o número de dias de atraso, atendendo ao disposto no item 11, Anexo "A" da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.

Na constituição da provisão, referentes aos direitos creditórios de liquidação duvidosa, são adotados os seguintes percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos:

- 25% (vinte e cinco por cento) para atrasos entre 61 (sessenta e um) e 120 (cento e vinte) dias.
- 50% (cinquenta por cento) para atrasos entre 121 (cento e vinte e um) e 240 (duzentos e quarenta) dias.
- 75% (setenta e cinco por cento) para atrasos entre 241 (duzentos e quarenta e um) e 360 (trezentos e sessenta) dias.
- 100% (cem por cento) para atrasos superiores a 360 (trezentos e sessenta) dias.

c) Provisão de férias e 13º salário e respectivo encargos

As férias vencidas e proporcionais, inclusive o adicional de um terço, mais a diferença de 50% e 13º salários, são provisionadas no PGA segundo o regime de competência, acrescidos dos encargos sociais.

d) Ativos Contingentes

A CELOS tem a possibilidade de ser credora de valor a receber perante o Fundo Nacional de Desenvolvimento, gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES, em razão de ação judicial movida pela ABRAPP (Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar), entidade da qual é associada, que ingressou com ação judicial na condição de substituto processual de suas associadas que possuíam títulos de OFNDs adquiridos em função do Decreto-Lei n.º 2.228/86, alterado pelo DC 2383/87 (**ver Nota Explicativa nº 13**).

e) Segregação entre Planos

Os ativos e passivos, bem como as receitas e despesas, possuem forma de segregação real.

Segregação Real: Forma de registro, controle e acompanhamento dos recursos garantidores dos planos de benefícios são individualizadas na aplicação dos recursos, ou seja, a entidade adota o padrão multifundo para seus planos.

Segregação por cotas: Forma de registro, controle e acompanhamento dos recursos garantidores dos planos de benefícios em que não há individualização na aplicação dos recursos (unifundo), sendo necessário definir um procedimento para cotizar os investimentos de cada plano de benefícios.

f) Empréstimos

Correspondem às operações com Participantes Ativos e Assistidos e estão registradas pelo valor atualizado dos débitos oriundos de empréstimos concedidos pela CELOS, permitidos pela Resolução 3.792/2009 do Conselho Monetário Nacional – CMN.

As concessões de empréstimos a Participantes Ativos e Assistidos têm como base os seguintes prazos e condições:

- Líquido disponível:
 - ✓ Participantes Ativos e Vinculados ao Plano de Demissão: a margem consignável para o cálculo do líquido disponível será de 20% da remuneração fixa, deduzidas as pensões judiciais, quando houver.
 - ✓ Participantes Assistidos: a margem consignável para cálculo do líquido disponível será de 30% do valor bruto do benefício, deduzidas as pensões judiciais, quando houver.
 - ✓ Para os Participantes Assistidos que recebem o valor de benefício até o piso salarial, além das pensões judiciais, serão deduzidas também as contribuições do Plano CELOS Saúde, quando houver.
 - ✓ Será aplicada a tabela de redução escalonada do líquido disponível para os Participantes Ativos e Assistidos inadimplentes, com a redução de 1% para cada registro de inadimplência total ou parcial das parcelas de empréstimo, independente do contrato em vigor, observando o histórico de pagamento dos últimos 24 meses.
- Inadimplência Parcial:
 - ✓ Será utilizada uma margem de tolerância de até 5% do valor da parcela para que os pagamentos parciais sejam considerados inadimplência. Excedidos os 5% de tolerância, o pagamento parcial será contabilizado para a aplicação da redução escalonada do líquido disponível.
- Carência por inadimplência:
 - ✓ Nas situações de inadimplência, principalmente as que demandem execução judicial, a concessão de novo empréstimo estará sujeita a carência de 12 (doze) meses, sendo possível apenas renegociação.
- Limite do valor da concessão:
 - ✓ O valor emprestado será limitado a 100% do saldo da Conta Individual de Aposentadoria (CIAP).
- Prazo de amortização e taxa de juros:
 - ✓ Prazo normal de concessão de 01 a 60 prestações mensais e consecutivas.
 - ✓ Prazo especial para concessão de até 84 meses somente para renegociações, sem liberação de novos recursos (repactuação sem dinheiro novo), mediante análise prévia e aprovação da Comissão de Análise de Crédito e Diretoria Executiva.
 - ✓ Taxa de juros de 0,60% ao mês, aplicados “pro rata die”, quando for o caso.

Para Participantes Ativos ou Assistidos com idade acima de 70 anos, o prazo máximo para concessão será de até 60 prestações, conforme avaliação atuarial do atuário externo responsável pelos planos de benefícios.

g) Imobilizado – (Permanente)

Os itens que compõem o Ativo Imobilizado da CELOS são depreciados pelo método linear, de acordo com a vida útil econômica do bem, estimada na aquisição à base das seguintes alíquotas anuais:

Tabela 3 - Depreciação

Descrição	Alíquota Anual
Instalações em Geral	10%
Móveis, Utensílios, Máquinas e Equipamentos de Uso	10%
Computadores e Periféricos	20%
Veículos (exceto Utilitários)	20%
Ventiladores - Refrigeradores de Ar	25%

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2017

Os imóveis de uso próprio (administrativo) seguem a vida útil estimada pelo laudo de reavaliação.

h) Intangível – (Permanente)

Os custos de desenvolvimento de programas computacionais registrados no grupo "intangível" tem a amortização iniciada após a conclusão de sua implantação pelo prazo de 60 meses. No registro contábil das amortizações, a CELOS observa as seguintes regras:

- A amortização do intangível é contabilizada mensalmente como redutora, em conta analítica do respectivo ativo, tendo como contrapartida a conta de resultado do PGA;
- A amortização é calculada pelo método linear; e
- A amortização do intangível independe da existência do resultado do PGA.

i) Operações Administrativas

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, e Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas são efetuados por meio do Plano de Gestão Administrativa – PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos Planos de Benefícios Previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (taxa de administração previdencial, taxa de administração sobre empréstimos, reembolso de algumas despesas administrativas de investimentos e diretas, e reembolsos administrativos das atividades assistenciais), deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial, assistencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo. O saldo do Fundo Administrativo é segregado por Plano de Benefício Previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos Patrocinadores, Participantes Ativos e Assistidos dos Planos Previdenciais.

As receitas administrativas da CELOS (taxa de carregamento de 8% em 2015 e taxa de administração de 0,55% em 2016) são debitadas aos Planos Previdenciais em conformidade com o plano de custeio vigente. Os valores relativos à taxa de administração da Gestão Assistencial são apurados em valores equivalentes às despesas administrativas assistenciais e devidamente reembolsadas.

A partir de 2016, a CELOS adotou a taxa de administração em substituição a taxa de carregamento, passando a aplicar o percentual de 0,55% ao ano sobre o montante dos recursos garantidores dos Planos de Benefícios, sendo esta taxa descontada diariamente, equivalendo ao desconto de 0,00217% sobre os recursos garantidores dos Planos Previdenciários. Em 2017 passou para 0,60%.

Para determinação do saldo do Fundo administrativo de cada Plano, a CELOS utiliza o seguinte critério:

- O saldo do fundo administrativo de cada Plano é proporcional ao saldo dos recursos garantidores do referido Plano Previdenciário.
- Despesas Comuns: utilização de critério de rateio que leva em consideração o número de Participantes Ativos e Assistidos, modalidade do plano e seus benefícios oferecidos, entre outros, que é base para apuração do percentual de participação de cada Plano nas despesas administrativas comuns.

As fontes de custeio da Gestão Administrativa obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo da CELOS e estão em conformidade com a Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009.

j) Imposto de Renda na Fonte

A Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, dispensou as Entidades Fechadas de Previdência Complementar da retenção na fonte e do pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações.

k) PIS/COFINS

As contribuições de PIS e COFINS são apuradas, conforme Instrução Normativa SRF nº 247, de 21 de novembro de 2002, alterada pelas Instruções Normativas RFB nº 1.285, de 13 de agosto de 2012 e nº 1.544, de 26 de janeiro de 2015, que definem a base de cálculo e alíquota para as Entidades Fechadas de Previdência Complementar e depositadas em juízo.

l) Investimentos

Para avaliação contábil de títulos e valores mobiliários integrantes das Carteiras Próprias e das Carteiras de Fundos de Investimentos exclusivos da CELOS, foi observada a legislação estabelecida pelo Banco Central do Brasil – BACEN e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e para fins de registro, foram analisados os critérios da Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, que estabeleceu que os respectivos títulos devem ser registrados pelo valor efetivamente pago e, dependendo de sua categoria, classificados em Títulos para Negociação (Mercado - MtM), devendo ser ajustados pelo valor de mercado e em Títulos Mantidos até o Vencimento (Curva - HtM), devendo ser avaliados pelos respectivos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos.

- Ativos de Renda Fixa: Os registros e a avaliação contábil dos Títulos e Valores Mobiliários integrantes das Carteiras Próprias e de Fundos de Investimentos exclusivos da CELOS obedecem aos critérios da legislação vigente, que estabelecem que os respectivos títulos devam ser registrados pelo valor efetivamente pago. Os Títulos e Valores Mobiliários de Renda Fixa podem ser classificados em: i) Títulos para Negociação, que devem ser ajustados pelo valor de mercado e; ii) Títulos Mantidos até o Vencimento, estes avaliados pelos respectivos custos de aquisição acrescido dos rendimentos pactuados.
- Ações: correspondem à participação acionária da CELOS. Esses ativos são ajustados pelo valor de mercado. As rendas oriundas de dividendos, de juros sobre capital próprio e de bonificações decorrentes de investimentos em ações, foram reconhecidas contabilmente a partir da publicação da decisão da Assembleia Geral dos Acionistas.
- Fundos de Investimentos: representados por aplicações efetuadas em fundos de investimentos em ações, participações, multimercados e fundos de investimentos em direitos creditórios administrados por instituições financeiras, registrados com base no valor das cotas na data do balanço.
- Investimentos Imobiliários: são contabilizados pelo custo de aquisição, conforme previsto na legislação, e ajustados pelo valor de mercado com base em reavaliação executada por empresas especializadas, mediante emissão de laudo

técnico conforme anexo A, item 19, da Instrução nº 34, de 24 de setembro de 2009. A Entidade realiza anualmente a reavaliação dos investimentos imobiliários, dessa forma, está dispensada do registro da depreciação.

- Empréstimos: representados por empréstimos concedidos a participantes, amortizados pelo Sistema *Price*, acrescidos de atualização monetária e juros pactuados, líquidos de provisão para fazer frente a prováveis perdas na realização dos créditos.

4. REALIZÁVEL

4.1. Gestão Previdencial

É constituído de recursos a receber, relativos às contribuições para o Plano de Benefícios, adiantamentos, depósitos judiciais/recursais e outros realizáveis, conforme segue:

Tabela 4 - Realizável da Gestão Previdencial

	2017			2016		
	Plano Transitório	Plano Misto	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Total
Recursos a Receber	236.720	240.171	476.891	254.223	258.148	512.371
Contribuições do Mês	2.769	13.104	15.873	2.023	13.363	15.386
Contribuições em Atraso	-	21	21	-	31	31
Contribuições Contratadas	233.951	227.041	460.992	252.200	244.750	496.950
Outros Recursos a Receber	-	5	5	-	3	3
Adiantamentos	103	-	103	116	10	126
Depósitos Judiciais/Recursais	4.954	2.525	7.479	10.149	1.795	11.944
Outros Realizáveis	34	136	170	196	179	375
Total	241.811	242.832	484.643	264.684	260.132	524.816

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2017

No grupo contábil *Recursos a Receber* são registradas as contribuições normais do mês de dezembro de 2017, recebidas no mês posterior, contribuições normais em atraso e contribuições contratadas, que se referem a serviço passado.

As *Contribuições Contratadas* são decorrentes do contrato firmado com a Patrocinadora em 30 de novembro de 2001, para pagamento em 277 parcelas mensais e sucessivas, com a incidência de juros à taxa de 6% ao ano e atualização mensal pela variação do indexador atuarial (IPCA a partir de outubro de 2010), tendo como objeto a amortização da dívida consolidada da antiga reserva matemática, por parte da Celesc, conforme assegurado no Regulamento do Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº 001.

Em 31 de dezembro de 2017 restavam 84 parcelas a pagar. Durante o exercício de 2017, todas as parcelas do contrato foram quitadas e a evolução do saldo do contrato é:

Tabela 5 - Serviço Passado Contratado

	2017			2016		
	Plano Transitório	Plano Misto	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Total
Saldo Anterior	252.200	244.750	496.950	257.907	250.290	508.197
Valores Recebidos	39.591	38.421	78.012	38.010	36.888	74.898
Indexador / Juros	21.342	20.712	42.054	32.303	31.348	63.651
Saldo Atual	233.951	227.041	460.992	252.200	244.750	496.950

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2017

Vale destacar que este contrato possui como garantia a utilização preferencial dos recursos que serão creditados em contas da Celesc junto aos bancos credenciados, oriundo da cobrança de faturas de energia elétrica.

No grupo contábil *Adiantamentos*, constam os valores referentes a adiantamento de benefícios de recursos relativos à Gestão Previdencial que contribuíram para a formação de resultados de meses subsequentes.

Já o grupo contábil *Depósitos Judiciais/Recursais* representa o total depositado em juízo relativo às contingências passivas da Gestão Previdencial (**ver Nota Explicativa n.º 9.1**).

A variação no grupo *Outros Realizáveis* decorre de parcelamentos de acordos de empréstimos e de transferências de valores entre os Planos, em virtude do processo de segregação real do patrimônio dos Planos, conforme segue:

Tabela 6 - Realizável da Gestão Previdencial - Outros Realizáveis

	2017			2016		
	Plano Transitório	Plano Misto	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Total
Outros Realizáveis	34	136	170	196	179	375
Parcelamento	-	115	115	-	94	94
A receber dos Planos	34	19	53	98	85	183
Outros	-	2	2	98	-	98
Total	34	136	170	196	179	375

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2017

4.2. Gestão Administrativa

A composição da Gestão Administrativa em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é:

Tabela 7 - Realizável da Gestão Administrativa

	2017	2016
Contas a Receber	224	606
Contribuições para Custeio em Atraso	-	1
Responsabilidade de Empregados	38	35
Responsabilidade de Terceiros	25	34
Outros Recursos a Receber	161	536
Depósitos Judiciais/Recursais	4.852	2.358
Outros Realizáveis	1.489	1.436
Total	6.565	4.399

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2017

No grupo contábil de *Contas a Receber* é registrado o 13º salário, que foram descontados em dezembro de 2017 e quitados em janeiro de 2018, contribuições para custeio em atraso, responsabilidade de empregados, que se referem a adiantamentos de salário e viagens, responsabilidade de terceiros, como seguro e salário maternidade e, por fim, outros recursos a receber, que se referem aos valores a receber do Plano CELOS Saúde, a título de rateio de despesas e reembolsos administrativos.

O saldo da rubrica *Depósitos Judiciais/Recursais* se referem a valores de PIS e COFINS, depositados judicialmente no período de 06/2006 a 09/2007, com julgamento final a favor da CELOS, mas ainda pendentes da homologação pela Receita Federal do Brasil - RFB. Vale destacar que foi impetrado também o mandado de segurança com pedido de liminar contra os recolhimentos realizados a partir de 2015 de PIS e COFINS, por meio do Processo nº 5023155-

04.2015.404.7200/SC, que transita na 4ª Vara Federal em Florianópolis. O objetivo é de questionar a incidência de PIS e COFINS sobre receitas da atividade ou objeto principal da CELOS, tendo em vista que a entidade não apura receita.

O saldo de *Outros Realizáveis* se refere ao almoxarifado, transferência de valores entre os Planos em virtude do processo de segregação real do patrimônio dos Planos e cotas de cooperativas, conforme segue:

Tabela 8 - Realizável da Gestão Administrativa - Outros Realizáveis

	2017	2016
Outros Realizáveis	1.488	1.436
Almoxarifado	12	9
A receber dos Planos	1.272	1.258
Cotas de Cooperativas	204	169
Credelesc	204	169
Total	1.489	1.436

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2017

5. INVESTIMENTOS

Os Recursos Garantidores dos Planos Previdenciários e Administrativo da CELOS são alocados de acordo com a Política de Investimento de cada Plano. A Política de Investimento é o documento que determina estrategicamente as diretrizes da aplicação dos recursos, obedecendo limites, características de risco, ativos elegíveis e segmentos de investimentos aprovados pelo Conselho Deliberativo da CELOS. A revisão da Política de Investimentos é anual, embora sua validade legal seja de cinco anos.

A operacionalização das determinações contidas na Política de Investimentos observa as normas dispostas nos Manuais de Investimentos e de *Compliance*, onde são definidas regras, alçadas de decisão e operação para os órgãos internos da Fundação. O Manual de Investimento também orienta que sejam observados princípios de Geração de Valor, Responsabilidade Socioambiental e de Governança Corporativa.

Legalmente, os limites de aplicação dos Recursos Garantidores dos Planos Previdenciários e Administrativo são determinados pela Resolução nº 3.792 do Conselho Monetário Nacional – CMN, de 24 de setembro de 2009, e alterações posteriores. A precificação dos ativos deve observar a Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, bem como os critérios definidos pela CVM, conforme sua alçada.

O Realizável dos Investimentos é composto pelas contas de (I) Títulos Públicos, (II) Créditos Privados e Depósitos, (III) Ações, (IV) Fundo de Investimento, (V) Investimentos Imobiliários e (VI) Empréstimos e Financiamentos, como consta a seguir:

Tabela 9 - Realizável dos Investimentos

	2017					2016				
	Plano Transitório	Plano Misto	Plano Pecúlio	PGA	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Plano Pecúlio	PGA	Total
Títulos Públicos	172.852	1.229.874	6.975	10.336	1.420.037	161.452	1.130.402	6.661	9.900	1.308.415
Créditos Privados e Depósitos	33	74.094	-	-	74.127	-	26.359	-	-	26.359
Ações	6.638	39.710	120	-	46.468	4.728	28.284	85	-	33.098
Fundos de Investimento	97.151	642.256	1.511	10.687	751.605	101.745	804.484	1.534	7.564	915.326
Investimentos Imobiliários	-	95.535	-	-	95.535	-	100.100	-	-	100.100
Empréstimos e Financiamentos	15.606	87.494	-	-	103.100	15.662	86.489	-	-	102.150
Total	292.280	2.168.963	8.606	21.023	2.490.872	283.587	2.176.118	8.280	17.464	2.485.449

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2017

A rentabilidade do Plano Transitório e do Plano Misto em 2017 foi de 6,80% e 2,56%, respectivamente. Esse desempenho foi abaixo da meta atuarial para o período, que ficou em 8,30% no Plano Transitório e 8,15% no Plano Misto.

Já o Plano de Pecúlio e o Plano de Gestão Administrativo (PGA) apresentaram em 2017 rentabilidades de 8,00% e 10,35%, respectivamente.

Tabela 10 - Rentabilidade dos Planos

Tipos de Investimentos	Plano Transitório		Plano Misto		Plano Pecúlio		PGA		Total de Recursos
	Volume de Recursos	Rentab. (%) ao ano	Volume de Recursos	Rentab. (%) ao ano	Volume de Recursos	Rentab. (%) ao ano	Volume de Recursos	Rentab. (%) ao ano	
Renda Fixa	222.257	9,06%	1.604.921	5,02%	7.431	11,83%	21.023	10,78%	1.855.632
Renda Variável	25.766	45,60%	198.831	40,67%	621	43,90%	-	-	225.218
Investimento Estruturado	28.651	-30,66%	178.621	-30,68%	554	-31,33%	-	-	207.826
Investimentos Imobiliários	-	-	99.095	-2,93%	-	-	-	-	99.095
Empréstimos a Participantes	15.606	10,18%	87.494	10,56%	-	-	-	-	103.100
Total (a)	292.280	6,80%	2.168.963	2,56%	8.606	8,00%	21.023	10,35%	2.490.872

(a) A diferença visualizada entre a rentabilidade dos segmentos e a do Plano decorre da dedução de despesas da carteira.

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2017

a) Títulos Públicos

Os títulos públicos constantes nas Carteiras dos Planos Previdenciários e Administrativo compreendem Notas do Tesouro Nacional (NTN) das Séries B e C e Letras Financeiras do Tesouro (LFT). No caso das NTN's, as duas séries de títulos garantem rentabilidade real, desde que mantidas até o vencimento, pois seu rendimento é composto por duas variáveis: taxa prefixada de juros e a variação da inflação (IPCA no caso da Série B e IGPM no caso da Série C). Já as LFT's têm sua rentabilidade atrelada a taxa básica de juros, dependendo do desempenho desta para rentabilização (é um título pós fixado, portanto).

Títulos Públicos podem ser contabilizados a Mercado (MtM) ou pela Curva (HtM). O procedimento de marcação a mercado compreende o registro pelos preços transacionados no mercado em casos de ativos líquidos ou pela melhor estimativa de preço que o ativo teria em uma eventual transação feita no mercado, para ativos ilíquidos. Já no procedimento de marcação pela curva, o valor do título corresponderá ao custo de aquisição, acrescido da atualização pelo indexador e juros vinculados ao papel, ambos calculados sobre o valor de face. Cada procedimento de registro gera diferentes rentabilidades e preço para um mesmo ativo, sendo que a marcação na curva é uma abordagem que pode ser utilizada caso o título seja mantido em carteira para ser resgatado somente no seu vencimento.

Tabela 11 - Realizável dos Investimentos - Títulos Públicos

	2017					2016				
	Plano Transitório	Plano Misto	Plano Pecúlio	PGA	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Plano Pecúlio	PGA	Total
Títulos Públicos	172.852	1.229.874	6.975	10.336	1.420.037	161.452	1.130.402	6.661	9.900	1.308.415
NTN-B	163.849	803.605	3.629	6.523	977.606	158.472	733.137	3.433	6.224	901.266
NTN-C	3.127	390.839	3.346	3.813	401.125	2.980	397.265	3.228	3.676	407.149
LFT	5.876	35.430	-	-	41.306	-	-	-	-	-
Total	172.852	1.229.874	6.975	10.336	1.420.037	161.452	1.130.402	6.661	9.900	1.308.415

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2017

A Fundação realiza estudos de liquidez considerando o fluxo previsto de pagamentos de benefícios para medir a capacidade de cumprir seus compromissos financeiros mesmo com a marcação de títulos públicos na curva do papel,

conforme preconizado pelo CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, alterada pela resolução CGPC nº 22, de 25 de setembro de 2006. No ano de 2017 não ocorreram mudanças de classificação de títulos.

No quadro a seguir é demonstrada a composição da carteira de investimentos em títulos públicos, segundo os prazos de vencimento, conforme Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002:

Tabela 12 - Títulos Mantidos até o Vencimento e para Negociação

Prazos	2017				Total
	Plano Transitório	Plano Misto	Plano Pecúlio	PGA	
Até 1 ano	-	-	-	-	-
De 1 a 5 anos	35.664	216.335	441	336	252.776
De 5 a 10 anos	4.660	160.196	1.036	641	166.533
De 10 a 20 anos	102.599	602.350	3.800	5.089	713.838
De 20 a 30 anos	20.156	91.539	673	1.932	114.300
Acima de 30 anos	9.773	159.454	1.025	2.338	172.590
Total	172.852	1.229.874	6.975	10.336	1.420.037

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2017

Todos os títulos públicos da CELOS se encontram em Carteira Própria, com gestão interna, sendo a custódia realizada pelo Banco Bradesco S.A.

Composição dos Títulos Públicos em 31 de dezembro de 2017, com sua respectiva forma de marcação:

Tabela 13 - Títulos Públicos

Ativo	Vencimento	Marcado	Taxa	2017				Total
				Plano Transitório	Plano Misto	Plano Pecúlio	PGA	
NTN-B	15/05/2021	Curva	6,25%	3.221	-	-	-	3.221
NTN-B	15/05/2023	Curva	5,90%	-	39.972	-	-	39.972
NTN-B	15/05/2023	Curva	6,23%	13.639	24.248	-	-	37.887
NTN-B	15/05/2023	Curva	6,27%	-	30.258	-	-	30.258
NTN-B	15/08/2024	Curva	6,10%	-	75.644	-	-	75.644
NTN-B	15/08/2024	Curva	6,14%	-	35.148	-	-	35.148
NTN-B	15/08/2024	Curva	6,36%	3.111	15.445	-	-	18.556
NTN-B	15/08/2024	Curva	6,75%	938	4.905	36	99	5.978
NTN-B	15/08/2026	Curva	6,10%	-	19.128	-	-	19.128
NTN-B	15/08/2030	Curva	5,90%	87.035	-	-	-	87.035
NTN-B	15/08/2030	Curva	6,29%	-	53.098	-	-	53.098
NTN-B	15/08/2030	Curva	6,53%	-	29.746	-	-	29.746
NTN-B	15/08/2030	Curva	6,84%	3.420	17.850	127	357	21.754
NTN-B	15/08/2030	Curva	6,98%	-	22.942	-	-	22.942
NTN-B	15/08/2030	Curva	7,06%	-	19.090	-	-	19.090
NTN-B	15/08/2030	Curva	7,29%	-	22.104	-	-	22.104
NTN-B	15/05/2035	Curva	6,60%	3.921	20.461	144	409	24.935
NTN-B	15/05/2035	Curva	6,87%	3.971	20.725	149	413	25.258
NTN-B	15/08/2040	Curva	6,94%	3.952	20.626	148	410	25.136
NTN-B	15/05/2045	Curva	6,95%	6.200	32.368	234	645	39.447
NTN-B	15/08/2050	Curva	6,05%	3.885	20.272	145	404	24.706
NTN-B	15/08/2050	Curva	6,10%	5.888	30.732	218	614	37.452
NTN-B	15/08/2050	Curva	7,24%	-	10.774	-	-	10.774
NTN-B	15/08/2020	Mercado	3,87%	4.325	71.954	326	-	76.605
NTN-B	15/05/2021	Mercado	4,25%	5.476	-	-	-	5.476
NTN-B	15/08/2024	Mercado	5,01%	612	9.926	1.000	543	12.081
NTN-B	15/08/2030	Mercado	5,27%	4.253	19.968	149	432	24.802
NTN-B	15/08/2040	Mercado	5,37%	2.369	7.940	60	188	10.557
NTN-B	15/05/2045	Mercado	5,45%	7.634	30.606	231	689	39.160
NTN-B	15/08/2050	Mercado	5,45%	-	97.675	662	1.320	99.657
NTN-C	01/04/2021	Curva	6,72%	-	14.473	-	-	14.473
NTN-C	01/01/2031	Curva	6,74%	-	268.751	-	-	268.751
NTN-C	01/01/2031	Curva	5,84%	-	83.255	-	-	83.255
NTN-C	01/04/2021	Mercado	4,19%	3.127	-	115	336	3.578
NTN-C	01/01/2031	Mercado	5,19%	-	24.360	3.231	3.477	31.068
LFT	01/09/2023	Mercado	Selic	5.875	35.430	-	-	41.305
				172.852	1.229.874	6.975	10.336	1.420.037
NTN - B		Mercado	%	70,37%	84,94%	33,11%	51,37%	
NTN - B		Curva		29,63%	15,06%	66,89%	48,63%	
NTN - C		Mercado	%	93,77%	100,00%	100,00%	100,00%	
NTN - C		Curva		6,23%	-	-	-	

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2017

b) Créditos Privados e Depósitos

A carteira de Créditos Privados da CELOS compreende ativos emitidos por empresas privadas e que possuem, predominantemente, risco de crédito. Essa carteira é composta de Cédulas de Crédito Bancário (CCB), Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) e Debêntures.

Tabela 14 - Realizável dos Investimentos - Créditos Privados e Depósitos

	2017					2016				
	Plano Transitório	Plano Misto	Plano Pecúlio	PGA	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Plano Pecúlio	PGA	Total
Créditos Privados e Depósitos	33	74.094	-	-	74.127	-	26.359	-	-	26.359
Aplicação	9.639	122.946	217	446	133.249	9.606	73.443	217	446	83.712
A receber	-	4.997	-	-	4.997	-	6.347	-	-	6.347
(-) Provisão	(9.606)	(53.849)	(217)	(446)	(64.119)	(9.606)	(53.431)	(217)	(446)	(63.700)
Total	33	74.094	-	-	74.127	-	26.359	-	-	26.359

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2017

Nesta conta, além dos papéis normais, também se contabilizam os títulos privados provisionados e que ainda possuem processos de execução, falência ou correlatos em andamento.

Tabela 15 - Créditos Privados e Depósitos

	Debêntures Invesc	Debêntures Buettner	Debêntures Vale	CCB Sucos do Brasil	CCB Pró Saúde Samcil	CCB Gelre	CCB New Energy	CRI Infracap Peugeot 1	CRI Infracap Peugeot 2	2017	2016
Aplicação	2.333	1.236	228	38.326	10.775	6.451	23.725	29.837	20.337	133.248	83.712
A receber	-	-	-	-	-	-	4.997	-	-	4.997	6.347
(-) Provisão	(2.333)	(1.236)	-	(38.326)	(10.775)	(6.451)	(4.998)	-	-	(64.119)	(63.700)
Total	-	-	228	-	-	-	23.724	29.837	20.337	74.127	26.359

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2017

Os provisionamentos apresentados seguem os critérios estabelecidos no item 11, Anexo "A" da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, de forma que na constituição da provisão referente aos direitos creditórios de liquidação duvidosa devem ser adotados os percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos (ver Nota Explicativa 3.b).

No caso do ativo *New Energy*, a provisão constituída é apenas utilizada para abatimento de diferença entre os recebimentos previstos e aqueles efetivamente realizados, de acordo com os critérios adotados durante renegociação do papel ocorrido 2014.

Cabe destacar que, além da carteira própria de Créditos Privados e Depósitos, a CELOS possui Fundos de Investimentos com gestão terceirizada e classificados como Multimercado, com exposição preponderante em títulos de Crédito Privado, que são os Fundos Multimomento, Multifuturo e Recuperação, que contam com melhor descrição no item 5.d, abaixo.

c) Ações

Atualmente, apesar de haver previsão regulamentar, a CELOS não detém carteira própria de ações, optando por realizar investimentos nesse segmento através de gestores externos. Os únicos papéis mantidos nessa conta se referem às posições na companhia Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A., que são registrados pelo valor de mercado, tanto em ações ordinárias, quanto preferenciais, sendo que a CELOS faz parte do grupo de controle da companhia juntamente com o Estado de Santa Catarina, por meio do Acordo de Acionistas vigente. Segundo o Acordo de Acionistas vigente, a CELOS tem direito a indicar 1 membro para compor o Conselho de Administração da Celesc.

Tabela 16 - Realizável dos Investimentos - Ações

	2017					2016				
	Plano Transitório	Plano Misto	Plano Pecúlio	PGA	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Plano Pecúlio	PGA	Total
Ações	6.639	39.710	120	-	46.468	4.728	28.284	85	-	33.098
Ações - Celesc	6.639	39.710	120	-	46.468	4.728	28.284	85	-	33.098
Total	6.639	39.710	120	-	46.468	4.728	28.284	85	-	33.098

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2017

d) Fundos de Investimentos

Em 31 de dezembro de 2017, a CELOS aplicava em Fundos de Investimento, que são condomínios destinados a reunir recursos de um conjunto de investidores (cotistas), com o objetivo de obter ganhos financeiros a partir da aquisição de uma carteira formada por vários tipos de investimentos.

Tabela 17 - Fundos de Investimentos

	2017					2016				
	Plano Transitório	Plano Misto	Plano Pecúlio	PGA	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Plano Pecúlio	PGA	Total
Fundo Referenciado (b)	20.612	46.718	415	10.655	78.400	15.582	32.169	348	7.534	55.632
Itaú Institucional DI	20.177	28.881	415	10.655	60.128	15.582	32.169	348	7.534	55.632
Bradesco Institucional DI	435	17.837	-	-	18.272	-	-	-	-	-
Fundo de Renda Fixa (c)	218	1.923	27	3	2.171	5.503	33.586	26	3	39.119
Institucional CP FIRF	218	1.923	27	3	2.171	210	1.854	26	3	2.093
Santander	-	-	-	-	-	-	15.852	-	-	15.852
Itaú Inflação	-	-	-	-	-	5.293	15.880	-	-	24.173
Fundo de Ações (a)	19.128	157.854	501	-	177.483	12.422	131.011	347	-	143.781
Claritas	9.020	69.370	269	-	78.659	7.114	54.714	212	-	62.040
Plural Capital	-	-	-	-	-	-	39.448	-	-	39.448
Sinergia V	9.092	63.118	232	-	72.442	5.308	36.849	135	-	42.292
Franklin Templeton	1.016	5.159	-	-	6.175	-	-	-	-	-
Itaú Indexado	-	10.142	-	-	10.142	-	-	-	-	-
APEX Ações	-	5.053	-	-	5.053	-	-	-	-	-
BNP Paribas	-	5.012	-	-	5.012	-	-	-	-	-
Multimercado (a)	29.546	261.860	14	29	291.449	28.758	359.333	12	27	388.131
CELOS Multimomento	26.933	158.500	-	-	185.433	28.191	165.895	-	-	194.086
CELOS Multifuturo	-	75.939	-	-	75.939	-	190.924	-	-	190.924
CELOS Recuperação	609	2.697	14	29	3.349	567	2.514	12	27	3.120
ARX Extra	-	689	-	-	689	-	-	-	-	-
Garde Dumas	503	2.017	-	-	2.520	-	-	-	-	-
Claritas Institucional	1.000	10.002	-	-	11.002	-	-	-	-	-
Mongeral Institucional	-	10.002	-	-	10.002	-	-	-	-	-
SPX Nimitz Institucional	501	2.014	-	-	2.515	-	-	-	-	-
Empresas Emergentes (c)	2.066	12.904	34	-	15.004	1.871	11.715	34	-	13.620
Mercatto Alimentos	1.638	10.309	34	-	11.981	1.660	10.448	34	-	12.142
FMIEE de Base Tec SC	10	60	-	-	70	10	63	-	-	73
FIP SC FIEE	418	2.535	-	-	2.953	201	1.204	-	-	1.405
Participações (c)	23.757	149.516	484	-	173.757	34.896	219.586	710	-	255.189
Global Equity Properties	(935)	(5.884)	(19)	-	(6.838)	(782)	(4.922)	(16)	-	(5.720)
Investidores Institucionais	69	434	1	-	504	128	803	3	-	934
Investidores Institucionais II	10	64	-	-	74	45	286	1	-	332
Investidores Institucionais III	2.268	14.273	46	-	16.587	2.042	12.849	41	-	14.932
Energia PCH	18.730	117.884	381	-	136.995	28.080	176.727	571	-	205.378
Angra Infra	1.257	7.912	26	-	9.195	1.193	7.511	24	-	8.728
Multiner FIP	483	3.031	10	-	3.524	2.591	16.269	53	-	18.913
Rio Bravo Energia I	1.875	11.802	39	-	13.716	1.599	10.063	33	-	11.695
Fundo Imobiliário (c)	1.824	11.480	37	-	13.341	2.714	17.084	56	-	19.854
FI Imobiliário JHSF	1.824	11.480	37	-	13.341	2.714	17.084	56	-	19.854
Total	97.151	642.256	1.512	10.687	751.605	101.746	804.484	1.533	7.564	915.327

(a) Fundo aberto/Exclusivo

(b) Fundo aberto/Não exclusivo

(c) Fundo fechado/Não exclusivo

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2017

As principais subcategorias dos Fundos de Investimentos são:

- Fundo de Investimento Referenciado: são fundos que investem ao menos 95% do patrimônio em ativos que acompanham um índice de referência.
- Fundo de Investimento em Renda Fixa: são os fundos que aplicam no mínimo 80% da carteira em ativos, relacionados à variação da taxa de juros, índice de preços ou ambos.
- Fundo de Investimento em Ações: têm no mínimo 67% do patrimônio aplicado em ações, bônus de subscrição, certificados de depósito de ações, cota de fundos de ações e de fundos de índices e *Brazilian Depositary Receipts* - BDRs níveis II e III.

- Fundo de Investimento Multimercado: pode aplicar em vários tipos de ativos diferentes, sem predominância ou compromisso de alocação mínima. O regulamento geralmente é mais específico sobre a destinação de recursos, portanto varia de caso a caso.
- Fundo de Investimento em Empresas Emergentes: destina-se à aplicação em carteira diversificada de valores mobiliários de emissão de empresas emergentes – entendidas como empresas com faturamento anual abaixo dos R\$100 milhões.
- Fundo de Investimento em Participações: fundos que investem em empresas, listadas ou não em bolsa, e buscam participar ativamente da gestão da companhia pela nomeação de conselheiros, diretores, técnicos, etc. A aplicação normalmente se dá pelas ações, bônus de subscrições e debêntures conversíveis.
- Fundo de Investimento Imobiliário: aplica os recursos em negócios com base imobiliária, como desenvolvimento de empreendimentos, imóveis já prontos ou títulos financeiros com lastro imobiliário (Certificados de Recebíveis e Letras de Crédito Imobiliário).

Os Fundos de Investimentos são selecionados de acordo com os critérios estabelecidos na Política e no Manual de Investimentos, sendo estabelecido nos regimentos e regulamentos internos onde a responsabilidade pela avaliação e recomendação dos mesmos compete ao Comitê de Investimentos, e sua aprovação depende da Diretoria Executiva. Investimentos que envolvem mais de 5% dos recursos garantidores de cada Plano precisam de aprovação especial do Conselho Deliberativo, ficando destacável que em 2017 essa situação de investimento superior a 5% dos recursos garantidores não ocorreu, dispensando-se a realização desse procedimento.

No que tange às mudanças da carteira, em linha com os objetivos da CELOS, foi reduzida a exposição em ativos de risco de crédito e participações, ao mesmo passo em que aumentou a diversificação em ativos líquidos, notadamente fundos multimercado estruturados e institucionais, além de fundos de ações. A seleção dos novos Fundos obedeceu a critérios quantitativos e qualitativos.

Em 31 de março de 2017, o Santander *Securities Services* Brasil DTVM S.A., na qualidade de Administrador do Energia PCH FIP, alterou o valor do ativo com base no laudo de avaliação, cuja data base foi 31 de março de 2016, da Juruena Participações e Investimentos S.A., elaborado pela *Ernest & Young*. A Juruena é a principal empresa investida pelo Fundo, representando quase a totalidade de seu patrimônio. Segundo o laudo mencionado, o valor da Juruena totaliza R\$549.500, sendo que o Fundo possui 89,9% de participação na companhia. Conforme premissa indicada no Laudo, este valor reflete um cenário sem renovação das outorgas concedidas às Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) nas quais a Juruena detém participação acionária. Esse valor representa uma queda de aproximadamente menos 33% no preço do ativo. É importante ressaltar que as premissas adotadas na elaboração do Laudo, dentre as quais se incluem os parâmetros técnicos, jurídicos e contábeis, foram fornecidas pela atual Administração da Juruena, com a devida ratificação pela Gestora do Fundo, Vinci Infraestrutura Gestora de Recursos Ltda., sem qualquer ingerência da CELOS ou outros Cotistas. O Laudo foi elaborado de acordo com a metodologia de avaliação de empresas comumente utilizada no mercado, e apresenta premissas baseadas em dados públicos, representando a melhor estimativa de valor disponível para a reprecificação do Ativo na carteira do Fundo. Para a CELOS, essa mudança representou um impacto no Plano Misto de menos R\$58.661 e no Plano Transitório de menos R\$9.320.

No Fundo Multifuturo destaca-se, ainda, o provisionamento parcial de Cédulas de Crédito Bancário - CCBs relacionadas à MinasInvest e InvestMinas, empresas que foram criadas com o objetivo de servirem como *Holdings* de projetos relacionados ao setor de geração de energia, mais especificamente Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs. Esse provisionamento parcial decorreu da decisão de vencimento antecipado dos títulos motivada pelos seguintes fatos:

- Suspensão das licenças ambientais das PCHs de Monjolo, Brejaúba, Sumidouro e Quinquim pela 2ª Vara de Fazenda Pública e Autarquias de Belo Horizonte nos autos da ação civil pública nº 1489035-91.2011.8.13.0024;

- Aumento do custo do projeto, avaliado em mais de R\$30 milhões pela *Ernest Young*, na hipótese de extensão do prazo de outorga pela ANEEL e atendimento de todas as condicionantes impostas pelos Órgãos Ambientais para a revalidação das licenças;
- Descumprimento, pelas devedoras, das datas estabelecidas no novo cronograma para: (i) revalidação das licenças, para as quais foram impostas condicionantes, cuja possibilidade de cumprimento importa em custos adicionais ao projeto; (ii) pronunciamento da ANEEL sobre a prorrogação dos prazos das outorgas, que depende do atendimento das condicionantes e, na hipótese de serem deferidos, poderá ser inferior ao prazo pleiteado pela devedora; e (iii) início da montagem dos canteiros, para qual as próprias devedoras reconheceram que não possuem contrato válido para execução dos projetos.

Inexiste, nesse momento, descumprimento de obrigações financeiras por parte dos devedores. O provisionamento parcial ora adotado segue a linha lógica descrita na Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, que estabelece a aplicação de provisão sobre créditos de liquidação duvidosa de maneira escalonada. Assim, em 31/12/2017, a provisão adotada para esses ativos era de 25%. Em janeiro de 2018, esse percentual foi aumentado para 50%. Se não ocorrerem novos fatos, até o fim de 2018 a provisão será aumentada para 100%, zerando o valor do papel. Essa metodologia considera, portanto, tão somente o prazo decorrido desde o evento de vencimento antecipado. No caso de MinasInvest e InvestMinas, tal metodologia é mais conservadora que eventual avaliação de 'valor justo', pois a última iria considerar valores em conta garantia e avaliação do preço dos projetos, os quais só poderão ser acessados após o devido processo judicial.

Em relação ao Fundo de Investimento em Participações Multiner, em 31 de outubro de 2017 a Thoreos Consultoria LTDA, conforme previamente aprovado em Assembleia Geral dos Cotistas, disponibilizou a versão final do Laudo de Avaliação na qual se refletiu material redução do valor de marcação dos Ativos.

Essa redução de valor foi causada por alterações de premissas operacionais, endividamento e custo de capital, além de outras condições menores, sendo que o impacto gerado nos Planos Misto e Transitório, quando comparados ao fechamento do mês anterior, foi de -R\$13.289 e -R\$2.116, respectivamente. Essa situação foi divulgada aos participantes na Lamina de Investimentos do mês de outubro, bem como no jornal da CELOS nº 244, de novembro de 2017.

e) Investimentos Imobiliários

A Carteira de Imóveis da CELOS é composta da seguinte forma:

Tabela 18 - Realizável dos Investimentos - Investimentos Imobiliários

	2017					2016				
	Plano Transitório	Plano Misto	Plano Pecúlio	PGA	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Plano Pecúlio	PGA	Total
Investimentos Imobiliários	-	95.346	-	-	95.346	-	100.100	-	-	100.100
Ed. Ilha do Atlântico	-	34.121	-	-	34.122	-	39.237	-	-	39.237
Ed. Premier Office Center	-	12.487	-	-	12.487	-	11.684	-	-	11.684
Ed. Célia Couto Dax	-	26.662	-	-	26.661	-	27.499	-	-	27.499
Ed. Com. Hantei Office Building	-	22.076	-	-	22.076	-	21.680	-	-	21.680
Total	-	95.346	-	-	95.346	-	100.100	-	-	100.100

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2017

E distribuída em imóveis e valores a receber decorrentes de aluguéis:

Tabela 19 - Investimentos Imobiliários

	2017		2016
	Em Construção	Aluguéis e Renda	Posição
Edifício Ilha do Atlântico	34.121	-	39.237
Edifício Premier Office Center (Salas)	-	12.487	11.684
Edifício Célia Couto Daux	-	26.662	27.499
Edifício Com. Hantei Office Building (Salas)	-	22.076	21.680
Total	34.121	61.225	100.100

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2017

Em 2017, foram realizadas as seguintes reavaliações, por meio da empresa Advalorem Mapeng Ltda., CNPJ 68.314.293/0001-15, tendo como avaliador José Guilherme Aranha Moura - CREA/SC 45.029-6:

Tabela 20 - Reavaliação dos Imóveis

Imóvel Reavaliado	Contas Contábeis	Data de Reavaliação	Data de Registro Contábil	Avaliador	Vida Útil (ano)	Valor Contábil antes da Reavaliação	Resultado da Reavaliação	Valor da Reavaliação
Edifício Célia Couto Daux - Av. Beira Mar - Florianópolis/SC	1236040301	28/11/2017	dez/17	Advalorem	59	27.499	(838)	26.661
Edifício Premier Office Center - Salas 101 a 109, 201 a 209 e 18 vagas de garagens - Esquina da Rua Padre Roma com a Av. Rio Branco - Florianópolis/SC	1236040301	30/11/2017	dez/17	Advalorem	55	11.684	803	12.487
Edifício Comercial Hantei Office Building - Salas 501 a 509, 601 a 609, 801 a 809, 901 a 909 e 36 vagas de garagens - Rua Emilio Blum - Florianópolis/SC	1236040301	11/12/2017	dez/17	Advalorem	52	21.680	396	22.076
Edifício Ilha do Atlântico - 60 salas e 120 vagas de garagens - Rua Nereu Ramos - Florianópolis/SC	12360201	30/11/2017	dez/17	Advalorem	60	39.237	(5.115)	34.122
Total						100.100	(4.754)	95.346

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2017

Relativamente ao Edifício Ilha do Atlântico, que se encontra com as obras em atraso por parte da empresa Construtora, a CELOS optou por promover ação judicial para cobrança das multas contratuais, objetivando a entrega do imóvel. Em decorrência dos embargos de obra ocorridos em dezembro de 2016 e posteriores, o avanço na execução das obras até 15/12/2017 foi menor que o esperado. Assim, a obra se encontra atrasada em relação ao cronograma físico-financeiro previsto, cuja entrega era esperada para julho de 2017. Diante do exposto, após análise realizada pela Diretoria Executiva e reunião realizada pelo Conselho Deliberativo no dia 28/12/2017, foi decidido pelo ajuizamento de ação contra a Hantei pelo Escritório Marcondes Brincas. Esta ação prevê o recebimento de multas e demais encargos contratuais, calculados em R\$9.015.073,32, advindos da não entrega no prazo previsto do Empreendimento Ilha do Atlântico. Inobstante, o Edifício Ilha do Atlântico foi avaliado a preço de mercado, como empreendimento concluído, por perito independente. A aplicação desta metodologia de avaliação considera que, apesar de não concluído, o valor do Empreendimento no atual estágio da obra, somado a garantia real que existe sobre a entrega do imóvel pronto, supera o valor do próprio imóvel concluído e registrado na contabilidade.

A garantia citada acima é composta pela loja, sobreloja e dois pisos de estacionamento subsolo, no edifício Belo Empresarial, situado na Avenida Osmar Cunha nº 126 e Rua Nereu Ramos nº 69, Centro, Florianópolis/SC, sendo o

piso térreo de loja com sobreloja, objeto integrante da matrícula 53.776 e os dois pisos subsolos de garagem, objeto das matrículas 53.677 até 53.725, localizadas no segundo subsolo; e das matrículas 53.726 até 53.775 localizadas no primeiro subsolo. As referidas matrículas somam uma área real total de 3.667,69m², sendo que a posse dos imóveis atualmente pertence à Hantei, porém a propriedade permanece em nome da CELOS até a entrega completa do Edifício Ilha do Atlântico.

Na constituição da Provisão para Direitos Creditórios de Liquidação Duvidosa – PDCL, referente à carteira de investimentos imobiliários, são adotados os seguintes percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos:

Tabela 21 - PCLD - Imóveis

Prazo	%	2017		2016	
		Plano Misto	Total	Plano Misto	Total
> 360	100%	(10.147)	(10.147)	(7.994)	(7.994)
241-360	75%	(284)	(284)	-	-
121-240	50%	-	-	-	-
61-120	25%	-	-	-	-
Total		(10.431)	(10.147)	(7.994)	(7.994)

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2017

Vale destacar que este provisionamento se refere a valores de aluguéis em aberto das salas do Edifício Célia Couto Daux.

f) Empréstimos

A composição da carteira de empréstimos ao Participante em 31 de dezembro em 2017, bem como valores de provisão por Plano, são os seguintes:

Tabela 22 - Realizável dos Investimentos - Empréstimos

	2017					2016				
	Plano Transitório	Plano Misto	Plano Pecúlio	PGA	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Plano Pecúlio	PGA	Total
Empréstimos e Financiamentos	15.606	87.494	-	-	103.100	15.661	86.488	-	-	102.150
Empréstimos Pessoal	15.656	85.883	-	-	101.539	15.652	86.053	-	-	101.705
A receber	35	3.036	-	-	3.071	45	1.872	-	-	1.917
(-) Provisão	(85)	(1.425)	-	-	(1.510)	(36)	(1.437)	-	-	(1.473)
Total	15.606	87.494	-	-	103.100	15.661	86.488	-	-	102.150

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2017

Na constituição da Provisão para Direitos Creditórios de Liquidação Duvidosa – PDCL, referentes à carteira de empréstimos, são adotados os seguintes percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos:

Tabela 23 - PCLD - Empréstimos

Prazo	%	2017			2016		
		Plano Transitório	Plano Misto	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Total
> 360	100%	(26)	(1.380)	(1.406)	-	(1.155)	(1.155)
241-360	75%	-	(33)	(33)	(22)	(70)	(92)
121-240	50%	(48)	(4)	(52)	(14)	(201)	(215)
61-120	25%	(11)	(8)	(19)	-	(11)	(11)
Total		(85)	(1.425)	(1.510)	(36)	(1.437)	(1.473)

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2017

6. PERMANENTE

O Ativo Permanente está registrado no Plano de Gestão Administrativa e classificado como Imobilizado e Intangível.

a) Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o imobilizado referente ao Operacional Corpóreo – Bens Móveis está composto da seguinte forma:

Tabela 24 - Imobilizado - Operacional Corpóreo - Bens Móveis

Bens Móveis	Taxa anual de depreciação (%)	2017			2016
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Móveis e Utensílios	10%	470	(360)	110	142
Máquinas e Equipamentos	10%	1.404	(1.104)	300	291
Veículos	20%	91	(49)	42	61
Total		1.965	(1.513)	452	494

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2017

Já o Operacional Corpóreo – Bens Imóveis, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, apresenta a seguinte composição:

Tabela 25 - Imobilizado - Operacional Corpóreo - Bens Imóveis

Bens Imóveis	Taxa anual de depreciação (%)	Data de Aquisição	2017			2016
			Custo + Reavaliação	Depreciação	Líquido	Líquido
Edifício Alpha Centauri - Salas do 6º e 7º andar - Av. Hercílio Luz - Florianópolis/SC	2%	01.04.1976	7.667	-	7.667	9.890
Edifício Beira Mar Continental - Sala 104 - Rua Fulvio Aducci, 145 - Florianópolis/SC	2%	07.03.2012	292	-	292	209
Total			7.959	-	7.959	10.099

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2017

b) Intangível

O Intangível se refere a gastos com implantação, reorganização e desenvolvimento, e em 31 de dezembro de 2017 e 2016, era composto da seguinte forma:

Tabela 26 - Intangível

Gastos	2017			2016
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Software	1.421	(1.195)	226	366
Total	1.421	(1.195)	226	366

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2017

7. GESTÃO ASSISTENCIAL

Registra-se o ativo total do Plano de Assistência à Saúde com registro ativo na Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. Vale destacar que devem efetuar e manter sua contabilidade em separado, de forma a possibilitar a identificação, a independência do patrimônio e a adequação à legislação aplicável ao setor de saúde suplementar, bem como proceder ao desdobramento analítico das contas relativas à Gestão Assistencial, de acordo com a planificação contábil estabelecida pela ANS.

Os atos e fatos administrativos da Gestão Assistencial são registrados em conformidade com o Plano de Contas instituído pela RN nº 290/2012, da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, e alterações posteriores. O patrimônio e mutações patrimoniais do Plano Assistencial apresentados no Balanço Patrimonial e na Demonstração da Mutação do Patrimônio Social estão apresentados nas Demonstrações Financeiras Assistenciais.

8. EXIGÍVEL OPERACIONAL

8.1. Gestão Previdencial

Os compromissos da Gestão Previdencial em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são demonstrados a seguir:

Tabela 27 - Exigível Operacional da Gestão Previdencial

	2017				2016			
	Plano Transitório	Plano Misto	Plano Pecúlio	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Plano Pecúlio	Total
Benefícios a Pagar	251	3.687	-	3.938	237	3.482	-	3.719
Renda Continuada	4	257	-	261	3	116	-	119
Pagamento Único	247	3.430	-	3.677	234	3.365	-	3.599
Retenções a Recolher	286	1.996	-	2.282	339	1.874	-	2.213
Outros Exigibilidades	212	2.797	4	3.013	277	3.259	4	3.540
Total	749	8.480	4	9.233	853	8.614	4	9.471

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2017

No grupo contábil *Benefícios a Pagar* estão registrados os valores relativos aos benefícios do mês de dezembro de 2017, que serão quitados nos meses subsequentes, primordialmente no mês de janeiro de 2018. Nessa conta, também estão registrados outros benefícios a pagar aos Participantes que não foram liquidados em 2017. O mesmo se aplica às *Retenções a Recolher* da folha de benefícios de dezembro de 2017, que serão recolhidos ou repassados nos meses posteriores.

No grupo *Outras Exigibilidades*, incluído no exigível operacional da Gestão Previdencial, estão registradas:

Tabela 28 - Exigível Operacional da Gestão Previdencial - Outras Exigibilidades

	2017				2016			
	Plano Transitório	Plano Misto	Plano Pecúlio	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Plano Pecúlio	Total
Outros Exigibilidades	212	2.797	4	3.013	277	3.259	4	3.540
Depósito Judicial a destinar	68	1.646	-	1.714	110	2.077	-	2.187
CELOS Saúde	1	5	-	6	-	-	-	-
A pagar dos Planos	143	1.138	4	1.285	165	1.174	4	1.343
Valor a devolver	-	1	-	1	2	-	-	2
Outras	-	7	-	7	-	8	-	8
Total	212	2.797	4	3.013	277	3.259	4	3.540

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2017

Os valores de *Depósito Judicial a destinar* se referem a depósitos judiciais creditados em conta corrente da CELOS que serão destinados ao Plano de Benefício de origem, após identificação.

8.2. Gestão Administrativa

O exigível operacional da Gestão Administrativa apresenta os valores a pagar relacionados à pessoal e encargos, serviços de terceiros, despesas gerais e outras despesas. Este grupo também apresenta a movimentação das retenções e tributos a recolher e, por fim, outras exigibilidades, cuja composição em 31 de dezembro de 2017 é apresentada a seguir:

Tabela 29 - Exigível Operacional da Gestão Administrativa

	2017	2016
Contas a Pagar	1.406	1.724
Pessoal e Encargos	1.132	1.496
Serviços de Terceiros	205	142
Despesas Gerais	69	25
Outras Despesas	-	61
Retenções a Recolher	128	147
Tributos a Recolher	66	215
Outros Exigibilidades	118	146
Total	1.718	2.232

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2017

No grupo *Outras Exigibilidades*, incluído no exigível operacional da Gestão Administrativa, estão registradas:

Tabela 30 - Exigível Operacional da Gestão Administrativa - Outras Exigibilidades

	2017	2016
Outros Exigibilidades	118	146
CELOS Saúde	4	13
Associações/Sindicatos	22	-
A pagar dos Planos	41	97
Valor a devolver	8	5
A identificar	43	30
Total	118	146

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2017

8.3. Investimento

O exigível operacional dos Investimentos apresenta os valores a pagar relacionados às diversas modalidades de investimentos efetuadas pela CELOS, conforme apresentado no quadro a seguir:

Tabela 31 - Exigível Operacional dos Investimentos

	2017					2016				
	Plano Transitório	Plano Misto	Plano Pecúlio	PGA	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Plano Pecúlio	PGA	Total
Investimentos Imobiliários	-	3.669	-	-	3.669	-	3.688	-	-	3.688
Imóveis em Construção	-	1.465	-	-	1.465	-	1.472	-	-	1.472
Aluguéis e Renda	-	2.204	-	-	2.204	-	2.215	-	-	2.215
Empréstimos e Financiamentos	1	39	-	-	40	5	22	-	-	27
Empréstimos	1	39	-	-	40	5	22	-	-	27
Outras Exigibilidades	8	41	2	2	54	8	43	2	2	55
Total	9	3.749	2	2	3.763	13	3.752	2	2	3.770

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2017

O saldo de *Imóveis em Construção* refere-se ao valor a ser pago pelas chaves do Edifício Ilha do Atlântico; e a rubrica de *Aluguéis e Renda*, deve-se ao aforamento do Edifício Célia Couto Daux. Já o saldo de *Outras Exigibilidades*, refere-se a despesas com taxa BOVESPA, CETIP, de Custódia e SELIC.

9. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

9.1. Gestão Previdencial

As Provisões para Contingências Passivas se referem aos processos de natureza cível e trabalhistas relacionados aos Planos de Benefícios nos quais a CELOS é parte no polo passivo, e foram classificadas pela Assessoria Jurídica, segundo a probabilidade de perda conforme abaixo:

Tabela 32 - Exigível Contingencial da Gestão Previdencial

	2017			2016		
	Plano Transitório	Plano Misto	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Total
Prováveis	11.488	17.321	28.809	13.724	13.328	27.052
Depósitos Judiciais e Recursais	4.954	2.525	7.479	10.149	1.727	11.875
Total	16.442	19.846	36.288	23.873	15.055	38.928

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2017

Os valores referentes aos processos judiciais considerados *possíveis* somam R\$20.731 em 31 de dezembro de 2017, sendo R\$6.401 do Plano Transitório (R\$9.594 em 2016) e R\$14.329 do Plano Misto (R\$18.983 em 2016). De acordo com a NPC nº 22, Anexo I, estas informações devem ser divulgadas, porém não há obrigatoriedade de registro contábil da provisão.

Os pedidos classificados como *prováveis*:

Tabela 33 - Objetos das Ações classificadas como Prováveis

Objeto das Ações	2017			2016		
	Plano Transitório	Plano Misto	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Total
Revisão de Benefício (a)	16	19	35	24	19	43
Expurgos Inflacionários (b)	-	6	6	-	8	8
Isenção da Cont. Previdenciária (c)	1	25	26	-	22	22
Pensão por Morte (d)	2	6	8	1	3	4
Total	19	56	75	25	52	77

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2017

As parcelas vencidas e vincendas dos pedidos das ações classificadas como *prováveis* resultam nos seguintes valores:

Tabela 34 - Parcelas Vencidas e Vincendas das Ações classificadas como Prováveis

Objeto das Ações	2017			2016		
	Plano Transitório	Plano Misto	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Total
Revisão de Benefício (a)	10.742	8.297	19.040	13.637	8.382	22.019
Expurgos Inflacionários (b)	-	125	125	-	112	112
Isenção da Cont. Previdenciária (c)	85	4.186	4.271	-	3.832	3.832
Pensão por Morte (d)	661	4.712	5.373	87	1.001	1.089
Total	11.488	17.320	28.809	13.724	13.328	27.052

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2017

Os pedidos classificados como *possíveis* estão provisionados de suas reservas matemáticas vencidas e vincendas:

Tabela 35 - Objetos das Ações classificadas como Possíveis

Objeto das Ações	2017			2016		
	Plano Transitório	Plano Misto	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Total
Revisão de Benefício (a)	8	56	64	16	74	90
Expurgos Inflacionários (b)	2	29	31	3	40	43
Isenção da Cont. Previdenciária (c)	2	42	44	3	63	66
Pensão por Morte (d)	2	2	4	2	1	3
Total	14	129	143	24	178	202

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2017

As parcelas vencidas e vincendas dos pedidos das ações classificadas como *possíveis* resultam nos seguintes valores:

Tabela 36 - Parcelas Vencidas e Vincendas das Ações classificadas como Possíveis

Objeto das Ações	2017			2016		
	Plano Transitório	Plano Misto	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Total
Revisão de Benefício (a)	2.249	8.035	10.284	5.411	10.956	16.367
Expurgos Inflacionários (b)	686	455	1.141	935	627	1.562
Isenção da Cont. Previdenciária (c)	177	5.498	5.675	371	7.142	7.513
Pensão por Morte (d)	3.289	341	3.630	2.877	258	3.136
Total	6.401	14.329	20.730	9.594	18.983	28.577

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2017

a) *Revisão de Benefício*: Diz respeito a ações judiciais que os autores requerem reflexos sobre seus benefícios previdenciários com base em teses que diferem das regras previdenciárias.

b) *Expurgos Inflacionários*: Trata-se de ações judiciais onde os autores/ex-Participantes buscam reflexos sobre a reserva de poupança resgatada ou ainda, ações de Participantes Ativos/Assistidos que buscam o recálculo da reserva de poupança transferida para o Plano Misto de Benefícios quando da migração, ambas mediante a alteração de determinados índices relacionados aos planos econômicos.

c) *Isenção da Contribuição Previdenciária*: Refere-se a ações judiciais onde os autores buscam não pagar as contribuições previdenciárias ao longo da percepção do benefício da aposentadoria junto a CELOS, cuja contribuição visa completar a reserva matemática que lastreará o benefício da Pensão por Morte.

d) *Pensão por Morte*: Consiste em ações judiciais que visam o reconhecimento de dependentes não registrados em tempo junto ao cadastro da CELOS, mediante o pagamento do benefício da Pensão por Morte, assim como reconhecer o pagamento do referido benefício mesmo tendo expurgado o pagamento da contribuição previdenciária, mediante decisão em ação própria.

9.2. Gestão Administrativa

O Exigível Contingencial da Gestão Administrativa se refere a valores de PIS e COFINS depositados judicialmente no período de 06/2006 a 09/2007, com julgamento final a favor da CELOS, mas ainda pendentes da homologação pela Receita Federal do Brasil - RFB.

Também são questionados judicialmente os recolhimentos realizados a partir de 2015 de PIS e COFINS, por meio do Processo nº 5023155-04.2015.404.7200/SC, 4ª Vara Federal em Florianópolis, a partir do período de 01/2015.

10. PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO

10.1. Provisões Matemáticas

Registra-se o valor necessário para o pagamento dos benefícios concedidos e a conceder. É calculado atuarialmente pelo atuário externo, legalmente responsável pelos planos previdenciários, Jessé Montello – Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda., sendo em 2017 e 2016, as reservas matemáticas compostas da seguinte forma:

Tabela 37 - Provisões Matemáticas

	2017			2016		
	Plano Transitório	Plano Misto	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Total
Benefícios Concedidos	803.860	1.895.564	2.699.424	810.981	1.782.598	2.593.578
Benefício Definido	803.860	1.895.564	2.699.424	810.981	1.782.598	2.593.578
Benefícios a Conceder	-	1.144.551	1.144.551	-	1.177.362	1.177.362
Contribuição Definida	-	949.111	949.111	-	949.664	949.664
Benefício Definido	-	194.524	194.524	-	225.875	225.875
Outras Contr. da Geração Atual (a)	-	916	916	-	1.823	1.823
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(244.884)	(483.544)	(728.428)	(258.084)	(117.885)	(375.969)
(-) Déficit Equacionado	(244.884)	(483.544)	(728.428)	(258.084)	(117.885)	(375.969)
Total	558.976	2.556.571	3.115.547	552.897	2.842.075	3.394.971

(a) Benefício de risco

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2017

O Plano Transitório necessita de R\$803.860 para pagar todos os benefícios futuros dos seus assistidos, ressaltando que R\$244.884 serão constituídos pelos Planos de Equacionamento em vigor. Já o Plano Misto tem obrigações na ordem de R\$1.895.564, dos quais R\$483.544 serão custeados pelo Plano de Equacionamento em vigor.

a) Hipóteses Atuariais nas Reavaliações Atuariais

Plano Transitório – Na avaliação atuarial de 2017 foram utilizadas as seguintes hipóteses, as quais foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo por meio do Ato Deliberativo nº 61/2017, de 28 de dezembro de 2017.

Tabela 38 - Premissas Atuariais - Plano Transitório

Premissa	2017	2016
Fator de Determinação	0,9710 ¹	0,9697 ²
Hipótese sobre Composição Familiar	N/A	N/A
Rotatividade	N/A	N/A
Indexador do Plano	IPCA	IPCA
Crescimento Real de Salários	N/A	N/A
Taxa Real Anual de Juros	5,34%	5,37%
Tábua de Entrada em Invalidez	N/A	N/A
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-49 Male	AT-49 Male
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Male	AT-2000 Male

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2017

1: Considera uma inflação da ordem de 5,25% ao ano.

2: Considera uma inflação da ordem de 5,50% ao ano.

Plano Misto – Na avaliação atuarial de 2017 foram utilizadas as seguintes hipóteses, as quais foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo por meio do Ato Deliberativo nº 61/2017, de 28 de dezembro de 2017.

Tabela 39 - Premissas Atuariais - Plano Misto

Premissa	2016	2016
Fator de Determinação	0,9710 ¹	0,9697 ²
Hipótese sobre Composição Familiar	* ⁴	* ³
Rotatividade	0,75%	0,75%
Indexador do Plano	IPCA	IPCA
Crescimento Real de Salários	2,95%	2,95%
Taxa Real Anual de Juros	5,13%	5,20%
Tábua de Entrada em Invalidez	LIGHT Média 5	LIGHT Média 5
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-49 Male	AT-49 Male
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 M&F	AT-2000 M&F

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2017

- 1: Considera uma inflação da ordem de 5,25% ao ano.
 2: Considera uma inflação da ordem de 5,50% ao ano.
 3: Para Assistidos: Família Efetiva; Para os Ativos: Experiência Regional atualizada em 2014.
 4: Para Assistidos: Família Efetiva; Para os Ativos: Experiência Regional atualizada em 2017.
 5: Desagravada em 25%.

10.2. Equilíbrio Técnico

Confrontado os bens e direitos com as obrigações do Plano Transitório e Misto, o resultado previdencial apurado no exercício social de 2017 e 2016 está apresentado no quadro a seguir:

Tabela 40 - Equilíbrio Técnico

	2017			2016		
	Plano Transitório	Plano Misto	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Total
Superávit Técnico Acumulado	-	-	-	-	-	-
(-) Déficit Técnico Acumulado	(44.058)	(187.453)	(231.510)	(30.895)	(444.695)	(475.590)
Equilíbrio Técnico	(44.058)	(187.453)	(231.510)	(30.895)	(444.695)	(475.590)

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2017

Em 31 de dezembro de 2017 a CELOS registrou *déficit* técnico acumulado no Plano Transitório de R\$44.058 e no Plano Misto de R\$187.453, ou seja, as obrigações atuais e futuras destes Planos são superiores aos seus bens e direitos.

a) Situação Patrimonial dos Planos de Benefícios

Plano Transitório - apresentou *déficit* técnico acumulado de R\$34.052, em 31 de dezembro de 2017, já deduzido o valor de R\$10.005, referente ao ajuste da precificação e corresponde a 6,09% das Provisões Matemáticas do Plano.

Plano Misto - apresentou *déficit* técnico acumulado de R\$80.668, em 31 de dezembro de 2017, já deduzido o valor de R\$106.784, referente ao ajuste da precificação e corresponde a 5,02% das Provisões Matemáticas do Plano, da qual se deduziu para apuração do percentual do *déficit* o valor de R\$949.111, referente ao saldo da CIAP-Conta Individual de Aposentadoria, conforme previsto no §5º do artigo 28 da Resolução MPS/CGPC 26/2008 e suas alterações posteriores.

Equacionamento do Déficit - No Plano Transitório está em vigor dois Planos de Equacionamento, a fim de equacionar os *déficits* registrados em 2012 e 2014. Cumpre destacar que, por solicitação do Conselho Deliberativo da CELOS, o

Equacionamento do *Déficit* 2012 passou, em maio de 2017, a ser realizado por meio de um percentual de contribuição linear e constante, além de adotar um prazo determinado de amortização, o qual foi estabelecido conforme a expectativa de vida dos Assistidos. A alteração promovida no Plano de Equacionamento do *Déficit* 2012 foi objeto de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) encaminhado pela CELOS ao Escritório Regional do Rio Grande do Sul - ERRS/PREVIC, a fim de atender a demanda do órgão fiscalizador.

Quanto ao *déficit* técnico acumulado em dezembro de 2017, há a imperatividade de que a CELOS discuta, ao longo de 2018, um Plano de Equacionamento para ser implantado, no máximo, até março de 2019, uma vez que o resultado de 2017 é superior ao limite interposto pela Resolução MPS/CGPC 26/2008 e suas alterações posteriores, que corresponde a: $1\% \times (\text{duração do passivo} - 4) \times \text{Provisão Matemática do Plano}$. Assim, em 31/12/2017, o limite de *déficit* técnico acumulado, apurado para o Plano Transitório, foi de $R\$30.911.399,35 = 1\% \times (9,53 - 4) \times R\$ 558.976.480,16$, sendo 9,53 (anos) anos a duração do passivo calculada em 31/12/2017.

Tabela 41 - Déficit Técnico Acumulado - Plano Transitório

Premissa	2017
Patrimônio de Cobertura do Plano (A)	514.918.837,93
Provisões Matemáticas (B)	558.976.480,16
Equilíbrio Técnico (C = A - B)	(44.057.642,23)
Ajuste de Precificação (D)	10.005.214,27
Déficit Ajustado (C + D)	(34.052.427,96)
Duração do Passivo (E)	9,53
Limite do Déficit [$1\% \times (E - 4) \times B$]	30.911.399,35

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2017

No Plano Misto está em vigor um Plano de Equacionamento para equacionar o *déficit* registrado em 2014. Já para o *déficit* registrado em 2016, o Conselho Deliberativo da CELOS aprovou, por meio da Ato Deliberativo 55/2017, um Plano de Equacionamento que terá início em março de 2018 com término previsto em março de 2034 e objetiva equacionar R\$253.055.109,24 através de contribuições paritárias de Participantes Ativos/Assistidos e Patrocinadoras. Cabe ressaltar que somente os Participantes Ativos que possuem Benefício Saldado – BS contribuirão extraordinariamente para o Plano. Em decorrência do Plano de Equacionamento para equacionar o *déficit* registrado em 2016, o Conselho Deliberativo da CELOS deliberou pela reestruturação do Plano de Equacionamento para equacionar o *déficit* registrado em 2014 para que o mesmo considerasse o valor total do *déficit* (descontado o ajuste de precificação) registrado em 2014, assim como fora considerado no equacionamento de 2016, evitando-se assim transferência de riquezas entre as massas afetadas por cada um dos Planos de Equacionamentos.

Quanto ao *déficit* técnico acumulado em dezembro de 2016, a CELOS discutiu, ao longo de 2017, um Plano de Equacionamento para ser implantado, no máximo, até março de 2018, uma vez que o resultado de 2016 é superior ao limite interposto pela Resolução MPS/CGPC 26/2008 e suas alterações posteriores, que corresponde a: $1\% \times (\text{duração do passivo} - 4) \times \text{Provisão Matemática do Plano}$ (somente a parcela BD, ou seja, desconsiderando o saldo da CIAP). Assim, em 31/12/2016, o limite de *déficit* técnico acumulado, apurado para o Plano Misto da CELOS, foi de $R\$(126.034.557,99) = 1\% \times (10,66 - 4) \times R\$1.892.410.780,56$, sendo 10,66 (anos) anos a duração do passivo calculada em 31/12/2016.

Quanto ao *déficit* técnico acumulado em dezembro de 2017, não há a imperatividade de que a CELOS promova um Plano de Equacionamento para este resultado, uma vez que este é inferior ao limite interposto pela Resolução MPS/CGPC 26/2008 e suas alterações posteriores, que corresponde a: $1\% \times (\text{duração do passivo} - 4) \times \text{Provisão Matemática do Plano}$ (somente a parcela BD, ou seja, desconsiderando o saldo da CIAP). Assim, em 31/12/2017, o limite de *déficit* técnico acumulado, apurado para o Plano Misto da CELOS, foi de $R\$113.486.707,28 = 1\% \times (11,66 - 4) \times R\$1.607.460.443,11$, sendo 11,66 anos a duração do passivo calculada em 31/12/2017.

Tabela 42 - Déficit Técnico Acumulado - Plano Misto

Premissa	2017
Patrimônio de Cobertura do Plano (A)	2.369.118.589,17
Provisões Matemáticas (B)	2.556.571.425,78
Saldo da CIAP (C)	949.110.982,67
Equilíbrio Técnico (D = A - B)	(187.452.836,61)
Ajuste de Precificação (E)	106.784.088,88
Déficit Ajustado (D + E)	(80.668.747,73)
Duração do Passivo (F)	11,06
Limite do Déficit [1% x (F - 4) x (B - C)]	113.486.707,28

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2017

Cumprе salientar que parte significativa dos *déficits* apresentados por ambos os Planos são decorrentes do impacto negativo dos investimentos e pelo não alcance da meta atuarial, e que a Diretoria da CELOS realiza, constantemente, estudos para verificar a capacidade financeira dos fluxos de pagamento destes, valendo-se, neste caso, da assessoria da Aditus para os estudos de ALM, e do atuário externo para apuração das reservas matemáticas em consonância com a Resolução MPS/CNPC nº 18/2006.

O resultado obtido pelo Plano Transitório é decorrente dos seguintes fatores:

Tabela 43 - Resultado - Plano Transitório

Premissa	2017
Resultado Técnico Acumulado registrado ao final do exercício de 2016	(30.895.286,98)
Parcela, referente à atualização pela meta atuarial de rentabilidade do ano de 2017, do Déficit Técnico Acumulado existente em 31/12/2016	(2.570.487,88) (*1)
Perda decorrente da meta atuarial de rentabilidade de 8,32% não ter sido alcançada em 2017	(5.372.322,58)
Substituição da Taxa Real de Juros de 5,37% ao ano para 5,34% ao ano	(1.863.566,37)
Substituição do Fator de Capacidade de 96,97% para 97,10%	(1.072.380,96)
Resultados Atuariais Líquidos de origens diversas e pulverizadas não referidos anteriormente	(2.283.597,46) (*2)
Déficit Técnico Acumulado de 31/12/2017	(44.057.642,23)
Ajuste de Precificação em 31/12/2017	10.005.214,27
Déficit Técnico Acumulado (por Equilíbrio Técnico Ajustado) em 31/12/2017	(34.052.427,96)

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2017

(*1): Igual a R\$(30.895.286,98) × 8,32%.

(*2): Equivalente a 0,51% das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos de 31/12/2017.

O resultado obtido pelo Plano Misto é decorrente dos seguintes fatores:

Tabela 44 - Resultado - Plano Misto

Premissa	2017
Resultado Técnico Acumulado registrado ao final do exercício de 2016	(444.695.185,25)
Parcela, referente à atualização pela meta atuarial de rentabilidade do ano de 2017, do Déficit Técnico Acumulado existente em 31/12/2016	(36.242.657,60) (*1)
Transferência do Déficit Técnico Acumulado de 31/12/2016 para a Provisão Matemática a Constituir - Déficit Equacionado 2016	253.055.109,24
Perda decorrente da meta atuarial de rentabilidade de 8,15% não ter sido alcançada em 2017	(68.188.392,06) (*2)
Impacto no custeio patronal dos benefícios de risco, referente ao aumento de, aproximadamente, 0,34% da contribuição normal, realizada	99.660,97
Substituição da Taxa Real de Juros de 5,20% ao ano para 5,13% ano	(14.388.291,26)
Substituição do Fator de Capacidade de 96,97% para 97,10%	(2.746.800,22)
Adoção de composição de família com base na Experiência CELOS melhor ajustada para os participantes não assistidos	18.460.762,84
Redução do Custeio para a cobertura dos Benefícios de Risco a Conceder de 13% para 11,80%, não havendo mais a destinação para o	(2.742.577,29)
Provisionamento das despesas relacionadas a ações judiciais, que ainda não foram transitadas em julgado, em 31/12/2017	(4.790.526,87)
Resultados Atuariais Líquidos de origens diversas e pulverizadas não referidos anteriormente	2.511.597,40 (*3)
Déficit Técnico Acumulado de 31/12/2017	(187.452.836,61)
Ajuste de Precificação em 31/12/2017	106.784.088,88
Déficit Técnico Acumulado (por Equilíbrio Técnico Ajustado) em 31/12/2017	(80.667.764,94)

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2017

(*1): Igual a $R\$(444.695.185,25) \times 8,15\%$.

(*2): A perda decorrente da meta atuarial de rentabilidade de 8,15% não ter sido alcançada em 2017, não leva em consideração a perda financeira obtida pelos recursos alocados na CIAP (parcela CD, em que não há imperativo de rentabilidade), dessa forma, da perda financeira total ocorrida no Plano Misto, de R\$130.288.970,94, somente R\$68.188.392,06 foi decorrente de não se ter alcançada a referida meta atuarial de rentabilidade.

(*3): Equivalente a 0,16% do valor total das Provisões Matemáticas obtido na Reavaliação Atuarial de R\$1.607.460.443,11, sem considerar os Saldos da CIAP (parcela CD), de R\$949.110.982,67, em 31/12/2017.

11. FUNDOS

11.1. Fundos Previdenciais

Os Fundos Previdenciais são compostos pelo saldo do Plano de Pecúlio e pelo saldo do Fundo de Oscilação de Risco.

O Plano de Pecúlio é um plano de benefícios previdenciários, patrocinado pela Celesc e pela CELOS para os seus empregados, previsto em Acordo Coletivo de Trabalho firmado com os sindicatos representantes das respectivas categorias profissionais. Conforme dispõe o Regulamento, o Plano de Pecúlio oferece aos beneficiários designados pelo Participante os benefícios de Pecúlio por Morte Natural e Pecúlio por Morte Acidental. Ao Participante que vier a se aposentar por invalidez permanente, assim reconhecida pelo INSS ou equivalente, será pago 75% do valor do benefício de Pecúlio por Morte Natural, a título de adiantamento. Os 25% restantes serão pagos, após o seu falecimento, aos beneficiários designados pelo Participante.

O Plano de Pecúlio é custeado paritariamente pelos Participantes e pelas Patrocinadoras, mediante contribuição fixada anualmente pelo Conselho Deliberativo da CELOS, na forma prevista no Regulamento.

Já o Fundo de Oscilação de Risco foi criado na realização da Avaliação Atuarial Anual do Plano Misto em 2014, com a finalidade de preservar o equilíbrio atuário do Plano, em relação aos Beneficiários de Risco, tendo como fonte de custeio o excedente das contribuições destinadas à cobertura direta dos respectivos benefícios. Entretanto, em março de 2017, ocorreu a extinção do respectivo Fundo, sendo revertido o saldo existente para o Patrimônio de Cobertura do Plano Misto, conforme determina a Deliberação DEX 107/2017.

Atuarialmente, estes fundos são calculados pelo atuário externo, legalmente responsável pelos planos previdenciários, Jessé Montello – Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda., apresentando a seguinte composição em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

Tabela 45 - Fundos Previdenciais

	2017	2016
Fundos Previdenciais	8.606	9.931
Pecúlio	8.606	8.304
Oscilação de Riscos	-	1.628
Total	8.606	9.931

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2017

11.2. Fundos Administrativos

O Fundo da Gestão Administrativa é constituído pela diferença entre as receitas, taxa de administração de empréstimos, taxa administrativa previdencial, taxa administrativa do Plano de Pecúlio, receitas diretas e despesas administrativas.

Cabe ressaltar que a participação do Plano Transitório no Fundo Administrativo é de R\$5.411 em 2017 (R\$5.389 em 2016), já do Plano Misto é de R\$24.332 em 2017 (R\$24.630 em 2016). O Plano de Pecúlio começou a participar do Fundo em 2016, com R\$18. Já em 2017, contribuiu com R\$17. Ressalta-se apenas a participação de cada Plano ao Fundo Administrativo, que é proporcional ao saldo dos recursos garantidores do referido Plano Previdenciário (**ver Nota Explicativa n.º 3. i).**

11.3. Fundo dos Investimentos

O Fundo de Cota de Quitação - FCQ tem como objetivo a constituição de uma reserva financeira de garantia, com finalidade única e exclusiva, de realizar a quitação do saldo devedor de empréstimo contraído junto à CELOS, de responsabilidade do Participante Ativo ou Assistido, para o caso de seu falecimento. Este Fundo é capitalizado mensalmente pela instituição da cobrança de um Prêmio que o Participante pagará à CELOS no momento da concessão do empréstimo. A taxa desse Prêmio será cobrada em parcela única, calculada atuarialmente, no momento da liberação do crédito. Vale observar que no caso de reforma do empréstimo será cobrado somente sobre o valor solicitado, deduzido o saldo devedor do empréstimo anterior.

A taxa destinada a fonte de custeio para cobertura do Fundo de Cota de Quitação - FCQ, como prêmio especificado no contrato mútuo, é fixada de acordo com a idade do participante, prazo de amortização e o valor concedido a título de empréstimo.

Ressalta-se que os recursos líquidos do respectivo Fundo serão aplicados de acordo com a legislação vigente e a Política de Investimentos aprovada anualmente pelo Conselho Deliberativo. A apropriação dos rendimentos, decorrente da aplicação dos recursos líquidos do Fundo de Cota de Quitação - FCQ, será proporcional a sua participação no total dos investimentos ou a rentabilidade efetiva, se aplicado separadamente. Por fim, a movimentação dos recursos ocorrerá com o falecimento do Participante, procedendo-se a liquidação do saldo devedor no final do mês em que ocorreu o óbito ou nos meses seguintes, após apresentação da certidão de óbito na CELOS.

A participação do Plano Transitório no Fundo de Cota de Quitação - FCQ é de R\$1.999 em 2017 (R\$1.575 em 2016) e do Plano Misto é de R\$10.781 em 2017 (R\$10.300 em 2016).

12. AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO

A CELOS reconhece para efeito de demonstração o ajuste de precificação no exercício de 2017, de acordo com a Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014, na Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios (Misto e Transitório) correspondente à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria mantida até o vencimento, calculada considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos. Tal ajuste está restrito aos títulos públicos federais, cujos prazos e montantes de recebimento de principal e juros sejam iguais ou inferiores aos prazos e montantes de pagamentos de benefícios que tenham o seu valor ou nível previamente estabelecidos, cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como àqueles Planos de Contribuição Variável que adquirirem características de benefício definido na fase de concessão, como é o caso do Plano Misto de Benefícios.

Tabela 46 - Ajuste de Precificação

Plano	Título	Quantidade	Vencimento	Valor Contábil	Valor Ajustado	Valor do Ajuste
Transitório	NTN-B	1.060	15/05/2021	3.221	3.307	86
Transitório	NTN-B	4.500	15/05/2023	13.639	14.184	544
Transitório	NTN-B	1.334	15/08/2024	4.049	4.287	238
Transitório	NTN-B	28.954	15/08/2030	90.455	95.147	4.692
Transitório	NTN-B	2.775	15/05/2035	7.891	9.115	1.224
Transitório	NTN-B	1.415	15/08/2040	3.952	4.762	810
Transitório	NTN-B	2.279	15/05/2045	6.200	7.628	1.428
Transitório	NTN-B	1.918	15/08/2050	8.976	9.960	983
Subtotal				138.383	148.389	10.005
Misto	NTN-B	31.000	15/05/2023	94.478	98.619	4.141
Misto	NTN-B	42.586	15/08/2024	131.142	138.360	7.218
Misto	NTN-B	6.200	15/08/2026	19.128	20.356	1.228
Misto	NTN-B	56.254	15/08/2030	164.830	188.203	23.372
Misto	NTN-B	14.483	15/05/2035	41.186	48.653	7.467
Misto	NTN-B	7.385	15/08/2040	20.626	25.502	4.876
Misto	NTN-B	11.898	15/05/2045	32.368	40.984	8.616
Misto	NTN-B	20.641	15/08/2050	61.778	72.643	10.865
Misto	NTN-C	4.064	01/04/2021	14.474	15.130	657
Misto	NTN-C	64.817	01/01/2031	352.006	390.350	38.345
Subtotal				932.016	1.038.800	106.784
Total				1.070.399	1.187.188	116.789

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2017

13. CONTINGÊNCIAS ATIVAS

Em atenção ao disposto na Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.180, de 04 de agosto de 2009 e Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que estabelece a necessidade de uma breve descrição da natureza do ativo contingente, quando for provável a entrada do benefício econômico, apresentamos a seguir os ativos contingentes da CELOS em 31 de dezembro de 2017:

Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFND

O Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) foi criado em 23 de julho de 1986 pela União, com a finalidade de fornecer recursos para a realização de investimentos necessários à dinamização do desenvolvimento nacional e apoio à iniciativa privada na organização e ampliação de suas atividades econômicas. A CELOS, juntamente com outras Entidades Fechadas de Previdência Complementar, por força do art. 7 do Decreto-Lei nº 2.288, de 23 de julho de 1986, adquiriu compulsoriamente cotas de Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFND, que foi a forma de

captação de recursos determinada pelo governo naquela época, com prazo de 10 anos e variação equivalente à da Obrigação do Tesouro Nacional – OTN.

Até janeiro de 1989, a remuneração dos títulos foi atualizada pela OTN, e a partir de fevereiro de 1989 pelo Índice de Preços ao Consumidor – IPC, conforme art. 10 da Lei nº 7.738, de 09 de março de 1989, acrescentado pela Lei nº 7.764, de 02 de maio de 1989. Posteriormente, com a publicação da Lei nº 8.177 de 04 de março de 1991, art. 38, os saldos das OFND's seriam reajustados pela Taxa Referencial – TR.

A CELOS é parte de ação ordinária ajuizada pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – ABRAPP que objetiva o recálculo relacionado à atualização do valor das OFND's e, consequentemente, dos respectivos rendimentos, adotando para tal fim o IPC, ao invés do Bônus do Tesouro Nacional - BTN, correspondente ao período de abril de 1990 a fevereiro de 1991. A ABRAPP iniciou a execução do processo com o ingresso de petição em 28 de junho de 2011, do montante apresentado, R\$12 representa a parte da CELOS. A execução foi proposta pela ABRAPP, porém o juiz de 1º grau e o TRF 2ª Região decidiram que a execução coletiva promovida pela ABRAPP deveria ser proposta individualmente pelas associadas, decisão esta, objeto de Recurso Especial. Diante da morosidade na resolução deste impasse (se ação coletiva ou individual) que dificulta o andamento da execução, foi decidido em Assembleia Geral na ABRAPP que seriam propostas ações de execuções de liquidação por artigo, figurando a ABRAPP como substituta processual de pequenos Grupos.

Embora a discussão de mérito do processo judicial tenha sido favorável à ABRAPP, inclusive transitado em julgado, estando em fase de execução, a CELOS não registrou contabilmente por existirem questões que envolvem a recuperação desse ativo, tais como: ação rescisória em andamento, bem como Embargos à Execução pendentes de julgamento, o que traz incerteza do valor a ser recebido e o prazo de seu efetivo recebimento. Tal procedimento atende também ao Ofício nº 4.649/2011/CGMC/DIACE/PREVIC, de 14 de outubro de 2011 da PREVIC, que não autorizou as Entidades o reconhecimento contábil do valor pleiteado.

14. GESTÃO DE RISCOS

A Gestão de Risco na CELOS é um processo que vem sendo melhorado continuamente, estando cada vez mais incorporado à cultura da organização, e serve como um dos vetores para a tomada de decisões táticas e estratégicas.

Ocorre por meio de um ambiente de controle que é sustentado por uma estrutura organizacional formalmente composta pelo Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, e assessorados por um conjunto de comitês e comissões internas, com atribuições e responsabilidades formalizadas e em conformidade com as principais normas em vigor, como a Resolução CMN 3792, de 24/09/2009, atualizada pela Resolução CMN 4275, de 31/10/2013, e a Resolução CGPC 13, de 01/10/2004. A política de controle interno está evidenciada no Manual de Gestão de Riscos e na existência do Código de Conduta Ética e da Política de Segurança da Informação, conhecidos e disponíveis a todos os empregados, nas atribuições de autoridade e responsabilidade dos empregados e gerentes, e na existência de uma área de controles internos e *compliance* responsável junto às demais áreas pela condução do processo de avaliação, monitoramento e controle dos riscos, pelas atividades de *compliance* de investimentos, controle de gestão da qualidade, auditoria interna e jurídico interno. O gerenciamento de riscos aparece também na atualização regular da matriz de riscos em todos os macros processos relevantes da CELOS e no controle automatizado de todas as obrigações legais. Há ainda uma política de gestão de pessoas que estabelece as normas de recursos humanos e o compromisso com o desenvolvimento e a competência, evidenciados em Procedimentos Operacionais e Instruções de Trabalho formalizadas que tratam de treinamento, formação e capacitação profissional e, por fim, a existência de uma gerência de gestão estratégica, responsável pelo gerenciamento dos projetos estratégicos e táticos definidos no Planejamento Estratégico 2014/2018.

A gestão de riscos da CELOS é um processo contínuo e acompanhado por empregados de todos os níveis da Fundação, e considera alguns conceitos e parâmetros como o impacto da volatilidade dos ativos (risco de mercado), os riscos provenientes do não pagamento de obrigações assumidas por contrapartes (risco de crédito), riscos decorrentes da negociação de ativos, convertendo-os em dinheiro (risco de liquidez), o risco da não formação de reservas adequadas com os compromissos atuariais (risco atuarial), o risco de falhas em processos ocasionando perdas para a Fundação (risco operacional) e de riscos oriundos de ações judiciais (risco jurídico).

15. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Fundação Celesc de Seguridade Social - CELOS tem como política permanente a busca das melhores práticas de governança corporativa, nos moldes recomendados pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC, pela Superintendência da Previdência Complementar - PREVIC e pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. A adoção dessa política resulta na elaboração e atualização permanente de normas, manuais, regimentos, procedimentos, instruções de trabalho e demais documentos que orientam a relação da CELOS com o seu público externo e interno. Além dos efeitos econômicos, financeiros e administrativos, a administração da CELOS entende que a adoção das melhores práticas de governança corporativa contribui para a transparência e o fortalecimento do vínculo fiduciário com os seus Participantes e suas entidades representativas: Sindicatos e Associação dos Aposentados e Pensionistas – APCELESC, por exemplo, sem esquecer, contudo, das Patrocinadoras que proporcionam os Benefícios Previdenciários e Assistenciais como política de motivação e retenção de seus empregados, e como fator preponderante para cumprir a responsabilidade social das suas atribuições, perante a sociedade catarinense.

16. CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (ELIMINAÇÕES/AJUSTES)

Em atendimento ao disposto no item 9.1, Anexo “C” da Resolução CGPC nº 08/2011, e os itens 28 e 29 da Instrução SPC nº 34/2009, as demonstrações contábeis devem ser apresentadas por Plano de Benefícios e consolidadas. A consolidação é efetuada utilizando o balancete auxiliar, anulando os valores a pagar e a receber entre os Planos, Participação do Fundo Administrativo nos Planos Previdenciais, *Superávit* e *Déficit Técnico*, dentre outros.

A CELOS ao efetuar a consolidação das demonstrações contábeis, de 31 de dezembro de 2017, anulou as seguintes operações que apresentavam reflexos na consolidação:

Tabela 47 - Consolidação das Demonstrações Contábeis

	2017						
	Plano Transitório	Plano Misto	Plano Pecúlio	PGA	Assistencial	Eliminações	Consolidado
Disponível	27	179	6	107	-	-	319
Realizável	539.502	2.436.127	8.623	27.588	-	(29.760)	2.982.080
Gestão Previdencial	241.811	242.832	-	-	-	-	484.643
Gestão Administrativa	5.411	24.332	17	6.565	-	(29.760)	6.565
Contas a Receber	-	-	-	224	-	-	224
Participação Fundo Administrativo	5.411	24.332	17	-	-	(29.760)	-
Depósitos Judiciais	-	-	-	4.852	-	-	4.852
Outros Realizáveis	-	-	-	1.489	-	-	1.489
Investimentos	292.280	2.168.963	8.606	21.023	-	-	2.490.872
Permanente	-	-	-	8.637	-	-	8.637
Gestão Assistencial	-	-	-	-	92.844	-	92.844
Total do Ativo	539.529	2.436.306	8.629	36.332	92.844	(29.760)	3.083.880
Exigível Operacional	758	12.229	6	1.720	-	-	14.714
Gestão Previdencial	749	8.480	4	-	-	-	9.233
Gestão Administrativa	-	-	-	1.718	-	-	1.718
Investimento	9	3.749	2	2	-	-	3.763
Exigível Contingencial	16.442	19.845	-	4.852	-	-	41.140
Gestão Previdencial	16.442	19.845	-	-	-	-	36.288
Gestão Administrativa	-	-	-	4.852	-	-	4.852
Patrimônio Social	522.329	2.404.232	8.622	29.760	-	(29.760)	2.935.183
Patrimônio de Cobertura do Plano	514.919	2.369.119	-	-	-	-	2.884.037
Provisões Matemáticas	558.976	2.556.571	-	-	-	-	3.115.548
Equilíbrio Técnico	(44.058)	(187.453)	-	-	-	-	(231.510)
Fundos	7.410	35.113	8.622	29.760	-	(29.760)	51.145
Fundos Previdenciais	-	-	8.606	-	-	-	8.606
Fundos Administrativos	5.411	24.332	17	29.760	-	(29.760)	29.760
Fundos dos Investimentos	1.999	10.781	-	-	-	-	12.780
Gestão Assistencial	-	-	-	-	92.844	-	92.844
Total do Passivo	539.529	2.436.306	8.629	36.332	92.844	(29.760)	3.083.880

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2017

17. PARTES RELACIONADAS

Conforme CPC 05 – Partes Relacionadas, as transações com partes relacionadas e saldos existentes com outras entidades de grupo econômico devem ser divulgadas nas demonstrações contábeis da entidade.

As transações com partes relacionadas foram realizadas em condições compatíveis às praticadas com terceiros.

17.1. Transações com o Patrocinador

Em 31 de dezembro de 2017, a CELOS possuía ações da CELESC em sua carteira de investimentos (ver Nota Explicativa 5. c).

Vale destacar que o valor unitário das Ações ON em 2017 era de R\$30,00 e as Ações PN era de R\$27,10. Já em 2016, o valor unitário das Ações ON era de R\$21,50 e as Ações PN era de R\$15,89.

17.2. Operações com Participantes

Representa as operações de empréstimos concedidos aos Participantes de acordo com o regulamento, registradas pelo valor original, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis, líquidos de provisão para cobrir possíveis Perdas de Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD (ver Nota Explicativa 5. f).

17.3. Remuneração dos Administradores e Conselheiros – Pessoal Chave da Administração

Em conformidade com Estatuto Social, versão 6, vigente desde 17/09/2015, o quadro abaixo demonstra as remunerações pagas aos membros dos Órgãos Estatutários:

Tabela 49 - Remuneração dos Administradores e Conselheiros

	2017	2016
Remuneração Diretoria Executiva	1.142	1.236
Remuneração Conselho Deliberativo	222	210
Remuneração Conselho Fiscal	148	140
Total	1.512	1.586

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2017

18. EVENTOS SUBSEQUENTES

Cumprindo com as exigências legais interpostas pela Resolução MPS/CGPC 26/2008 e suas alterações posteriores, o Conselho Deliberativo da CELOS aprovou, por meio do Ato Deliberativo 55/2017 o Plano de Equacionamento do *Déficit* de 2016 do Plano Misto. O referido Plano prevê, a partir de março de 2018, a cobrança de uma Contribuição Extraordinária incidente sobre os benefícios dos aposentados até 31.12.2016, bem como dos benefícios saldados dos Participantes Ativos até março de 2034. O valor a ser equacionado pelo supracitado Plano de Custeio corresponde a R\$253.055.109,24 e será custeado paritariamente entre os Participantes Ativos e Assistidos e Patrocinadoras. Cabe ressaltar que apenas os Participantes Ativos que possuem Benefício Saldado – BS contribuirão extraordinariamente para o Plano.

Em decorrência da correspondência recebida da Celesc em 29 de novembro de 2017 e protocolizada sob o número 179381, a Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo da CELOS iniciaram os procedimentos necessários para alterar o Regulamento do Plano Misto de Benefícios Previdenciários Nº 001. A alteração mencionada visa atender a solicitação da Celesc, Patrocinadora do Plano, e discutida por ela com as entidades representativas dos seus empregados e, por conseguinte, Participantes do Plano Misto. A proposta de alteração regulamentar contempla, para os futuros participantes, benefícios na modalidade de Contribuição Definida - CD, além de atender às seguintes solicitações realizadas pela Celesc na supracitada carta e negociadas previamente com as entidades sindicais mencionadas.

- Possibilidade de migração dos atuais empregados no momento da aposentadoria;
- Percentual inicial contributivo de 5% e máximo de 9%, com possibilidade de aumento anual de 1%, por solicitação do participante;
- A primeira solicitação e aumento de percentual só pode ser realizada após o participante ter pelo menos 24 meses de contribuição no Plano; e
- Final da paridade contributiva quando o participante completar 65 anos de idade.



Cabe destacar que o processo de alteração regulamentar ainda está em processo de aprovação e sua aplicabilidade está sujeita a aprovação final da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

Ademir Zanella
Presidente
CPF nº 294.638.669-49

Henri Machado Claudino
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF nº 647.423.009-63

João Paulo de Souza
Diretor de Seguridade
CPF nº 048.427.239-04

Sabrina Ventura
Contadora CRC/SC nº 039938/O
CPF nº 070.535.319-29

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES



KPMG Auditores Independentes
Av. Prof. Othon Gama D'êça, 677 -
Salas 603, 604 e 605 - Centro - Ed. The Office
88015-240 - Florianópolis/SC - Brasil
Caixa Postal 1420
88010-970 - Florianópolis/SC - Brasil
Telefone +55 (48) 3205-5300, Fax +55 (48) 3205-5301
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios

Aos
Conselheiros e aos diretores da
Fundação Celesc de Seguridade Social - CELOS
Florianópolis - SC

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Celesc de Seguridade Social - CELOS ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios e de gestão administrativa geridos pela Fundação Celesc de Seguridade Social - CELOS, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 8) em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas do plano para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto (a) e pelos efeitos do assunto (b) descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação Celesc de Seguridade Social - CELOS e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2017, e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Base para opinião com ressalvas

- (a) Conforme nota explicativa nº 5d as demonstrações contábeis, o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2017 apresenta na rubrica, Fundos de investimento, investimento e quotas do fundo FIP Energia PCH, o montante de R\$ 136.995 mil (R\$ 205.378 mil), que representa 4,67% (6,91% em 2016) do patrimônio social, sendo apresentadas nas demonstrações individuais do ativo líquido do Plano Transitório o montante de R\$ 18.730 mil (R\$ 28.080 mil em 2016), Plano Misto R\$ 117.884 mil (176.727

mil em 2016) e Plano de Pecúlio R\$ 381 mil (R\$ 571 mil em 2016). Até a data de conclusão dos nossos trabalhos, não obtivemos acesso às informações e documentos relacionados a esse investimento e, não nos foi possível obter evidência por meio de outros procedimentos de auditoria. Em decorrência desse assunto, não foi possível determinar se teria havido necessidade de efetuar ajustes nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

- (b) Conforme nota explicativa nº 5d às demonstrações contábeis, o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2017 e a demonstração individual do ativo líquido do Plano Misto, apresentam na rubrica, Fundos de Investimento, aplicações no fundo de investimento exclusivo CELOS Multifuturo, no montante de R\$ 75.939 mil, que representa 2,59% do patrimônio social consolidado. O referido fundo de investimento, possui em sua carteira, títulos em Cédulas de Créditos Bancários Investminas e Minasinvest, que em função da expectativa de perda significativa, a Administração optou pelo resgate antecipado durante o exercício com o objetivo de preservar o capital do plano misto. Dessa forma, a Entidade efetuou o provisionamento parcial de acordo com a Instrução MPS/SPC nº 34, que estabelece mecanismos de provisionamento específicos para direitos creditórios de liquidação duvidosa, estando em desacordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração quanto à determinação da perda do valor recuperável. Se a Entidade tivesse efetuado a análise da perda do valor recuperável, conforme previsto pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, certos elementos das demonstrações contábeis consolidadas e individual do Plano Misto poderiam ser afetados de forma relevante. Os efeitos desse assunto não foram determinados.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Outros assuntos

As informações sobre o Plano de Assistência e Saúde - PAS apresentadas na linha "Gestão Assistencial" como informação suplementar para fins das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Entidade. Em nossa opinião, essas informações suplementares estão adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade e/ou os planos de benefícios continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade e/ou os planos de benefícios ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade e ou dos planos de benefícios. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade e os planos de benefícios a não mais se manterem em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 07 de março de 2018

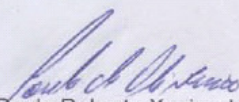
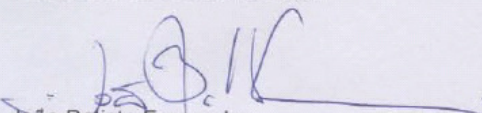
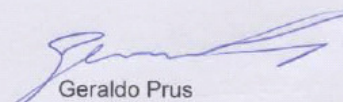
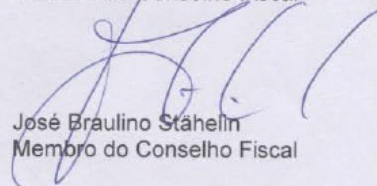
KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000071/F-8

Claudio Henrique Damasceno Reis
Contador CRC SC-024494/O-1

PARECER DO CONSELHO FISCAL**PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS PLANOS PREVIDENCIÁRIOS – REFERENTE AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017**

Em conformidade com o inciso I do Art.32 do Estatuto Social da Fundação CELESC de Seguridade Social - CELOS e consoante ao que estabelece a letra "j", do item 17, do Anexo "C", da Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc) nº 08, de 31 de outubro de 2011, e com base na análise das Demonstrações Contábeis do exercício financeiro de 2017, Consolidadas, Individualizadas por Plano de Benefícios Previdenciários, e do PGA, consubstanciado pelos Pareceres Atuariais da Empresa Jessé Montello Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda., responsável técnica pelos Planos Previdenciários: Pecúlio, Transitório e Misto, e consubstanciado pelo Relatório/Parecer da Auditoria Independente emitido pela KPMG Auditores Independentes para os Planos Previdenciários. Diante das análises, este Conselho entende que as referidas demonstrações refletem a situação patrimonial e financeira da CELOS, e de seus Planos, devendo ser consideradas as Ressalvas apresentadas pela Auditoria Independente em seu Relatório/Parecer.

Florianópolis/SC, 13 de março de 2018.


Paulo Roberto Xavier de Oliveira
Presidente do Conselho Fiscal
João Batista Fernandes
Membro do Conselho Fiscal
Geraldo Prus
Membro do Conselho Fiscal
José Bráulino Stáhelin
Membro do Conselho Fiscal

(Ata COF 03/2018)

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

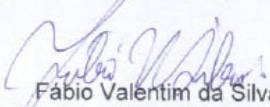


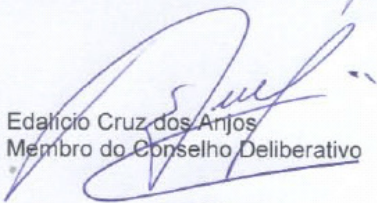
MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO COM APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS PLANOS PREVIDENCIÁRIOS

O Conselho Deliberativo da Fundação CELESC de Seguridade Social – CELOS, em cumprimento às atribuições que lhe confere o inciso XIII do Artigo 27 do Estatuto Social, reuniu-se, extraordinariamente, em 20 de março de 2018, para examinar as Demonstrações Contábeis dos Planos Previdenciários relativas ao exercício de 2017, apresentadas pela Diretoria Executiva.

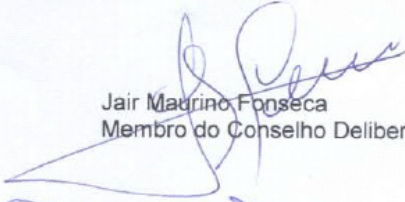
Após o exame da documentação e aprovação da Diretoria Executiva, o Conselho Deliberativo, embasado no pronunciamento favorável da KPMG Auditores Independentes, de 07.03.2018, e no parecer do Conselho Fiscal, de 13.03.2018, aprovou, por unanimidade, os documentos apresentados, os quais devem ser divulgados na forma da legislação vigente.

Florianópolis, 29 de março de 2018.

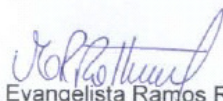

Fábio Valentim da Silva
Presidente do Conselho Deliberativo


Edalício Cruz dos Anjos
Membro do Conselho Deliberativo


Fernando Hidalgo Molina
Membro do Conselho Deliberativo


Jair Madrino Fonseca
Membro do Conselho Deliberativo


Felipe Rafael Klering Braga
Membro do Conselho Deliberativo


Vanessa Evangelista Ramos Rothermel
Membro do Conselho Deliberativo

(Ata COD 09/2018)

Página 1 de 1